



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ - CERES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E APLICADAS – DCEA
CAMPUS DE CAICÓ

LINDOMAR GONÇALVES DE LIMA

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE OS SERVIDORES EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN**

CAICÓ-RN

2016

LINDOMAR GONÇALVES DE LIMA

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE OS SERVIDORES EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Exatas e Aplicada do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Ricardo Aladim Monteiro.

CAICÓ-RN

2016

LINDOMAR GONÇALVES DE LIMA

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE OS SERVIDORES EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN**

A monografia foi julgada e aprovada para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, no curso de graduação em Ciências Contábeis bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Caicó-RN, 14 de Dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Ricardo Aladim Monteiro – UFRN - Orientador

Prof.^a Ms. Izabel de Medeiros Coelho – UFRN – Membro

Prof. Ms. Sócrates Dantas Lopes – UFRN – Membro

Lima, Lindomar Gonçalves de.

Finanças pessoais: um estudo sobre os servidores efetivos da prefeitura municipal de São Fernando-RN / Lindomar Gonçalves de Lima. - Caicó, RN: UFRN, 2016.

59f.: il.

Orientador: Ms. Ricardo Aladim Monteiro.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Centro de Ensino Superior do Seridó.

Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas.

Curso de Ciências Contábeis.

Monografia - Bacharelado em Ciências Contábeis.

1. Finanças Pessoais. 2. Planejamento. 3. Conhecimento. 4. Servidores Públicos. I. Monteiro, Ricardo Aladim. II. Título.

RN/UF/BS-CAICÓ

CDU 657

Dedico este trabalho a meus pais Luciano e Maria Socorro, que me trouxeram a vida e me ensinaram o verdadeiro sentido do que é o amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, o autor de minha vida, por sempre ter me iluminado nos momentos mais difíceis.

Agradeço a meus **pais**, por tudo que me ensinaram e por sempre estarem ao meu lado.

Agradeço à minha **família**, em especial a minha **irmã Luana**.

Agradeço à minha **amada Clara Gomes**, que sempre esteve disposta a me ajudar.

Agradeço a todos os meus **professores** do ensino fundamental, médio e superior que contribuíram para minha formação como pessoal e profissional.

Agradeço a meu orientador **Prof. Ms. Ricardo Aladim**, a quem admiro por toda sua dedicação e empenho à classe contábil e por sua atenção com este trabalho.

Por fim, agradeço a todos os meus **amigos, colegas de faculdade** e todas as pessoas, que contribuíram com este trabalho.

“Uma mente necessita de livros da mesma forma que uma espada necessita de uma pedra de amolar, se quisermos que se mantenha afiada”.

(George R. R. Martin)

RESUMO

Saber lidar com as próprias finanças é algo básico e indispensável para todos os que desejam a tranquilidade financeira, muitos fatores contribuem para essa tranquilidade como a elaboração de um orçamento pessoal, se planejar financeiramente, não se endividar e conhecer os melhores investimentos e financiamentos. O presente trabalho tem como tema as finanças pessoais dos servidores da Prefeitura Municipal de São Fernando-RN, tendo como os sujeitos do estudo seus servidores efetivos. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o grau de conhecimento que os mesmos possuíam sobre suas finanças pessoais e se aplicavam tal conhecimento. Por se tratar de servidores efetivos e terem estabilidade estão sujeitos realizarem investimentos e obterem mais facilidade com algumas modalidades de financiamento, a partir disso é necessário um bom orçamento pessoal e um planejamento financeiro adequado. A fundamentação teórica mostrou tópicos de grande relevância associados às finanças pessoais como controle, educação financeira, planejamento financeiro, algumas linhas de investimentos e financiamentos. Foi utilizado um questionário para o levantamento dos dados da pesquisa e um aplicativo para apuração e análise dos referidos dados. Com a análise foi possível perceber que os servidores possuem conhecimento sobre suas finanças e ainda que sua maioria aplicam esse conhecimento.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Conhecimento. Planejamento Financeiro. Servidores.

ABSTRACT

Knowing how to handle your own finances is a basic and indispensable thing for all those who want financial tranquility. Many factors contribute to this tranquility, such as preparing a personal budget, planning financially, not getting into debt and knowing the best investments and financing. The present work has as its theme the personal finances of the servers of the Municipality of São Fernando-RN, having as subjects of the study its effective servants. The general objective of the research was to analyze the degree of knowledge that they had about their personal finances and applied such knowledge. Because they are effective servants and have stability, they are subject to invest and to obtain more easily with some financing modalities, from this it is necessary a good personal budget and adequate financial planning. The theoretical foundations showed topics of great relevance related to personal finances such as control, financial education, financial planning, some lines of investments and financing. A questionnaire was used to collect the survey data and an application to calculate and analyze the data. With the analysis it was possible to perceive that the servants have knowledge about their finances and although most of them apply this knowledge.

Keywords: Personal Finance. Knowledge. Financial planning. Servers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura de Controle Orçamentário.....	23
Figura 2: Taxas de Crédito Imobiliário.....	27
Figura 3: Taxas de Crédito Pessoal.....	28
Figura 4: Taxas de Consignação em Folha de Pagamento.....	30
Figura 5: Taxas de Cartão de Crédito.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo.....	41
Gráfico 2: Faixa etária.....	42
Gráfico 3: Escolaridade.....	43
Gráfico 4: Tempo de Serviço.....	44
Gráfico 5: Remuneração.....	45
Gráfico 6: Conhecimento sobre Orçamento Pessoal.....	46
Gráfico 7: Elaboração de Orçamento Pessoal.....	47
Gráfico 8: Planejamento Financeiro.....	48
Gráfico 9: Porcentagem que as dívidas consomem da renda.....	49
Gráfico 10: O que se faz com o que sobra do salário.....	50
Gráfico 11: Vida financeira.....	51
Gráfico 12: Investimentos.....	52
Gráfico 13: Financiamentos.....	53
Gráfico 14: Interesse por questões que envolvam dinheiro.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA DO TEMA.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.3.1 Geral	16
1.3.2 Específicos.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO.....	17
2.2 FINANÇAS PESSOAIS.....	18
2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	20
2.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO.	21
2.5 ENDIVIDAMENTO.....	23
2.6 LINHAS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS PARA PESSOAS FÍSICAS	25
2.6.1 Linhas de financiamento para pessoas físicas.....	25
2.6.1.1 Crédito Imobiliário.....	26
2.6.1.2 Crédito Pessoal.....	27
2.6.1.3 Consignação em folha de pagamento ou empréstimo consignado.....	29
2.6.1.4 Cartão de Crédito.....	30
2.6.2 Investimentos para pessoas físicas.....	32
2.6.2.1 Caderneta de poupança.....	33
2.6.2.2 Investimento em imóveis.....	34
2.6.2.3 Títulos públicos.....	35
2.6.2.4 Previdência privada.....	36
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	38
3.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	38
3.2 O CONTEXTO DA PESQUISA: ESPAÇO E SUJEITOS DE INVESTIGAÇÃO.....	39
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E SELEÇÃO DOS DADOS.....	39
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	41
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	41
4.1.1 Gênero.....	41

4.1.2 Idade.....	42
4.1.3 Escolaridade.....	42
4.1.4 Tempo de serviço na prefeitura.....	43
4.2 RENDA.....	44
4.2.1 Remuneração.....	44
4.3 CONHECIMENTO E ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO PESSOAL.....	45
4.3.1 Conhecimento sobre Orçamento Pessoal.....	45
4.3.2 Elaboração do Orçamento Pessoal.....	46
4.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	47
4.4.1 Planejamento.....	47
4.5 ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES.....	48
4.5.1 Porcentagem que as dívidas consomem da renda.....	48
4.6 SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIDORES.....	49
4.6.1 O que é feito com o que sobra do salário.....	49
4.6.2 Vida financeira.....	50
4.7 INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS DOS SERVIDORES.....	51
4.7.1 Investimentos.....	51
4.7.2 Financiamentos.....	52
4.8 INTERESSE POR QUESTÕES QUE ENVOLVAM DINHEIRO.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS SERVIDORES.....	59
APÊNDICE B - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA DO TEMA

Um dos principais objetivos das finanças pessoais é auxiliar as pessoas nas suas decisões de como gastar o seu dinheiro, sejam elas em benefício individual ou de uma família. No entanto, podemos observar, até mesmo em famílias, que muitas pessoas não planejam como vão gastar os seus recursos. De acordo com o Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças pessoais do Banco Central do Brasil (2016, p. 12),

Desde cedo, começamos a lidar com uma série de situações ligadas ao dinheiro. Para tirar melhor proveito do seu dinheiro, é muito importante saber como utilizá-lo da forma mais favorável a você. O aprendizado e a aplicação de conhecimentos práticos de educação financeira podem contribuir para melhorar a gestão de nossas finanças pessoais, tornando nossas vidas mais tranquilas e equilibradas sob o ponto de vista financeiro.

Conforme a citação acima pode-se lidar com dinheiro desde cedo, até mesmos enquanto ainda crianças, como por exemplo, recebendo mesada ou algum dinheiro de dos pais. Mas a situação começa a mudar realmente quando tornasse adulto, e conseqüentemente com o início do primeiro trabalho, recebimento salário e ter obrigações. É neste momento que um cidadão fica sujeito a comprometer nossas finanças.

Neste contexto entra a educação financeira com papel de grande importância na vida dos indivíduos. Conforme Lucci *et al.* (2006) o mundo está cheio de produtos financeiros (como os empréstimos, financiamentos, poupança, fundos de investimentos etc) para saber lidar com estes produtos as pessoas devem está preparadas para enfrentar as situações que a cada dia estão mais complexas.

Conforme pesquisa publicada no Portal de notícias G1 (2015), quase metade das pessoas com inadimplência sabe pouco ou quase nada sobre sua renda disponível no próximo mês, sendo muitos os fatores que levam a tal fato, como por exemplo, dívidas no cartão de crédito, empréstimos, a alegria em comprar, dentre outros. Quando o sujeito tem um emprego fixo, ele sabe que terá uma renda garantida a ser auferida no final do mês. Muitas vezes deixando-se levar por esta garantia, o indivíduo sai comprando desenfreadamente sem o mínimo de planejamento. A partir disso é que pode começar o endividamento e conseqüentemente o empobrecimento de suas finanças.

Os servidores públicos têm uma vantagem em relação às pessoas que trabalham no setor privado: a estabilidade. Fato este que pode agravar ou melhorar o controle de suas finanças pessoais. Esses servidores por terem a estabilidade podem realizar empréstimo consignado ou crédito em consignação em folha de pagamento, que segundo o Banco Central do Brasil (2016), é uma modalidade recente de empréstimo, cujo se caracteriza por uma cláusula que impõe um desconto diretamente no salário do devedor, com a finalidade de pagar a dívida contraída ao banco credor.

Perante o que foi apresentado resta a seguinte problemática: Qual o grau de conhecimento e aplicação prática em relação ao orçamento pessoal por parte dos servidores públicos municipais?

1.2 JUSTIFICATIVA

A importância deste tema se deve a necessidade que as pessoas têm em lidar com o seu patrimônio, a dificuldade que muitos encontram em elaborar o seu orçamento pessoal e de se planejarem financeiramente. Camargo (2007, p. 06) enfatiza que o planejamento financeiro consiste em estabelecer e seguir uma estratégia deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa.

Saber lidar com as suas próprias finanças é algo básico e indispensável para aqueles que esperam ter um futuro tranquilo financeiramente. A elaboração de um bom orçamento pessoal pode evitar imprevistos, como a consignação em folha de pagamento.

O conhecimento sobre finanças pessoais e educação financeira possui em nossas vidas grande importância, seja para tomar decisões, planejar o futuro, fazer investimentos e até mesmo evitar dívidas, pode acarretar problemas em nossas vidas. A falta deste conhecimento segundo Penteado (2010) contribui para o fracasso na gestão das finanças pessoais, atrapalhando o orçamento mensal.

De acordo com Cerbasi (2004) apesar de todos os cidadãos terem que administrar o seu próprio dinheiro, nem todos tem conhecimento e buscam a melhor maneira de administrar os recursos. Como consequência da falta de conhecimento percebe-se facilmente em nosso convívio, pessoas que fracassam na administração de suas finanças, ou que enfrentam dificuldades na elaboração de seu orçamento pessoal.

De maneira geral, o presente trabalho se justifica pela busca de esclarecer para a comunidade a importância que um cidadão deve dar as suas finanças pessoais, apresentando

conceitos relacionados sobre o tema e ainda promovendo o conhecimento básico necessário sobre o assunto.

Para o meio acadêmico, se justifica pelo fato de existir poucos trabalhos sobre o assunto na universidade. Desta forma, o presente trabalho pode servir futuramente como um ponto de referência para novos trabalhos sobre o mesmo tema.

Diante do que foi relatado, o trabalho buscar contribuir para estimular o conhecimento sobre finanças pessoais e apresenta importantes tópicos relacionados à área.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo geral

Verificar o conhecimento e a aplicação prática dos servidores efetivos da prefeitura municipal de São Fernando-RN em relação as suas finanças pessoais.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar o conhecimento dos servidores públicos sobre Finanças Pessoais.
- Averiguar a existência de um planejamento financeiro pessoal.
- Medir o endividamento dos servidores.
- Verificar os financiamentos e investimentos dos servidores.
- Expor a importância de um bom orçamento pessoal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

Sabemos que a contabilidade está presente desde o início das civilizações. De acordo com Iudícibus *et al.* (2010) a contabilidade surgiu com a necessidade de o homem registrar seu patrimônio. Isso mostra que desde os primórdios indivíduos se preocuparam com o seu patrimônio, independentemente da riqueza que estava sendo mensurada. Neste contexto surge as finanças pessoais, definindo objetivos e metas visando as decisões financeiras.

Para Iudícibus *et al.* (2010, p. 04.) a contabilidade desempenha papel importante no qual respeito à ordem e controle das finanças no caso dos patrimônios individuais. Com frequências as pessoas esquecem-se de que alguns conhecimentos básicos da contabilidade e de orçamento poderiam e muito ajudar no controle, ordem e equilíbrio dos orçamentos pessoais.

Ainda de acordo com Iudícibus *et al.* (2010) o patrimônio de uma entidade é formado pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Sendo que $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$. Este “balanço” pode ser adequado às necessidades de uma pessoa, onde o ativo seria composto pelo salário, dinheiro em conta corrente, imóveis e etc. Por sua vez o passivo seria composto por contas a pagar, empréstimos, dívidas com lojas, cheque especial e outras dívidas.

Iudícibus *et al.* (2010, p. 4) explica ainda que:

A Contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais. Frequentemente, as pessoas esquecem-se de que alguns conhecimentos de Contabilidade e Orçamento muito as ajudariam no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos.

Percebe-se que a contabilidade e as finanças pessoais estão ligadas, uma vez que ambas interagem com o patrimônio e buscam auxiliar na tomada de decisão sejam elas em caráter empresarial ou pessoal.

Enquanto Bächtold (2011, p. 162) diz que “a Contabilidade é uma ciência social que através da execução de serviços técnicos, ou seja, controla, organiza, estuda e avalia o patrimônio de uma entidade (física ou jurídica) permanentemente”.

Conforme mencionado, não é necessário ser uma empresa para aplicar conceitos de contabilidade, podem-se aplicar tais conceitos, por exemplo, no orçamento de uma pessoa física adequando as necessidades por ela requisitadas.

De acordo com Pereira, Pereira e Trenl (2015, p. 02.) “a contabilidade é uma das ferramentas fundamentais que proporciona êxito nas tomadas de decisões, uma vez que ela desempenha seu papel de ordem e controle, seja na gestão de um negócio ou da vida pessoal financeira”.

Na sociedade atual é de grande importância utilizar-se da contabilidade como uma ferramenta e forma de auxílio na gestão de recursos. Muitos cidadãos por desconhecerem o assunto e não considerar a relevância que um bom planejamento financeiro pode ter em sua vida, deixam de usufruir do conhecimento oferecido pela contabilidade e melhorar o controle sobre suas finanças.

Conforme Iudícibus *et al.* (2010) a contabilidade nos dias atuais integra um setor muito importante de conhecimento, constituindo uma grande fonte de informações. Tais informações são necessárias para a tomada de decisão e permite que o usuário a transforme num instrumento eficiente para a administração de seu capital.

Bächtold (2011, p. 164) ressalta que:

O campo da contabilidade abrange todas as pessoas físicas e jurídicas. Todos os responsáveis na gestão do patrimônio são potenciais interessados no aprendizado das técnicas contábeis, visando o registro, a gestão e principalmente o controle do patrimônio, de acordo com a legislação vigente.

A contabilidade deve ser interesse de todos. Utilizando a contabilidade tanto pessoas físicas como jurídicas aproveitam-se de suas técnicas e conceitos para que seja possível realizar o controle de seu patrimônio.

2.2 FINANÇAS PESSOAIS

Quando falamos em finanças logo nos vem à mente algo relacionado a dinheiro, empresas, negócios, instituições financeiras, economia e etc. Em se tratando de finanças pessoais não é diferente, porém referindo-se ao comportamento e as decisões financeiras tomadas por uma pessoa ou família para a sua vida. De acordo com Banco Central Brasil (2016) as finanças pessoais pode contribuir para o bem estar do cidadão. A maneira de lidar com as finanças pessoais pode ser de fácil entendimento e de aplicação prática na vida das pessoas, razão pela qual pode ajudar o cidadão na administração de seus recursos financeiros, abrindo caminho para melhorar sua qualidade de vida.

De acordo com Borges (2011) “finanças pessoais consiste na administração por parte do indivíduo, das entradas e saídas de dinheiro do orçamento”. Por meio deste controle das entradas e saídas de recurso é possível que o cidadão realize seu orçamento de maneira organizada e controlada, já que o mesmo sabe o que está entrando e saindo do seu bolso.

Por outro lado Frankenberg (apud PEREIRA, 2010, p.10) diz que finanças pessoais:

Significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Esta estratégia pode estar voltada para curto, médio e longo prazo, e não é uma tarefa simples de ser atingida.

Estes objetivos e tarefas tornam-se difíceis de serem atingidos pela falta de compromisso que as pessoas têm com a estratégia traçada. Entretanto Cerbasi (2004) afirma que quando se têm objetivos claros e o indivíduo se propõe a segui-lo e acompanhar suas metas, torna-se algo muito prazeroso.

Saber como administrar rendimentos é algo indispensável nos dias atuais, mas não é difícil conhecer alguma pessoa que passa ou que já passou por problemas financeiros, isso decorre segundo Cerbasi (2004, p.16) “de decisões ou escolhas ruins, tais erros são verdadeiras armadilhas, causando problemas por pura falta conhecimento, depois, vivemos um pesadelo que pode durar meses ou até mesmo anos”.

Faz parte do cotidiano das pessoas tomarem suas decisões em relação aos seus recursos financeiros. Acontece que muitas não analisam como irão aplicar os recursos e acabam por perder o dinheiro por falta de conhecimento enfrentando transtornos por muito tempo.

De acordo com o Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil (2016, p. 12):

Não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças pessoais. Para agravar ainda mais a situação, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno do tema. Embora todos lidem diariamente com o dinheiro, poucos se dedicam a gerir melhor seus recursos.

Todos os indivíduos devem busca obter conhecimento e informações que o ajude na administração de suas finanças pessoais. O fato de achar que todos sabem lidar com o dinheiro pode ocasionar a falsa sensação de domínio sobre o assunto. Quando o indivíduo

apresenta maior dedicação para gerir seus recursos tem-se maior controle sobre a gestão financeira pessoal.

Segundo Macedo Jr (2013) assim como ocorre em vários aspectos da vida de sujeito, ter certa medida de autoconhecimento também pode ser uma ferramenta útil na administração das finanças pessoais.

Dessa maneira, fica exposta a importância de conhecer a si mesmo e fazer um balanço de qual é seu comportamento financeiro. Quando se conhece a si próprio abre-se a possibilidade de utilizar tal conhecimento como uma ferramenta de auxílio no controle das finanças pessoais.

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Lucci *et al.* (2006) afirma que a expressão “educação financeira” refere-se a conceitos e atitudes voltadas para ações financeiras, indicando conjuntos de atividades, como o controle de despesas, empréstimos, financiamentos e cartão de crédito. Para esses autores a educação financeira é de grande importância para o bem estar pessoal. Decisões financeiras tomadas equivocadamente podem desorganizar tanto a vida pessoal quanto a vida profissional de um indivíduo.

Já para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005) a educação financeira pode ser definida como:

O processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com a informação e a recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessária para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Observamos que a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) relaciona a compreensão dos produtos financeiros com as informações, para que sejam tomadas boas decisões. Com o uso adequada das informações é possível ampliar o conhecimento e garantir o bem-estar financeiro e pessoal.

Krummenauer (2011) observa que nos últimos anos a educação financeira se tornou tema recorrente nas mídias, porém sem muito efeito. A autora enfatiza que a ausência de conhecimento tende a gerar pessoas com sérios problemas na gestão de suas próprias finanças.

D'aquino (apud Krummenauer 2011, p. 31) diz que em países desenvolvidos ensinar educação financeira é dever das famílias e a escola fica responsável por reforçar a educação já alcançada. Diferentemente do Brasil onde não é prática da escola e muito menos das famílias.

Sendo assim, crianças e adolescentes crescem muitas vezes sem saber lidar com o dinheiro, podendo gerar adultos sem controle nenhum sobre suas finanças e com graves problemas financeiros.

De acordo com o Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (2016, p. 08) a educação financeira:

É o meio de prover conhecimentos e informações básicas que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países.

Percebe-se o quanto ser educado financeiramente pode ser importante para um indivíduo e até mesmo para a economia de um país. Quando um cidadão administra bem seus recursos além de contribuir para a sua saúde financeira ele também contribui para com a economia de seu país, tomando devido cuidado para não se endividar, comprando e pagando suas aquisições e fazendo investimentos que ajudam a economia a se desenvolver.

Segundo Kruger (2014) a educação financeira tem como objetivo atingir a maturidade financeira, em outras palavras, buscar postergar a vontade de adquirir algo em função de um benefício maior no futuro.

Seguindo esse objetivo da educação financeira, conclui-se que não podemos tomar decisões só por nossa vontade. O correto a ser feito é analisar se temos condições que arcar com um possível gasto, se não for viável, o correto é abdicar dessa vontade e realizar um planejamento para que no futuro seja possível adquirir o que está sendo desejado.

2.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejamento, de acordo com Ferreira (2013), tem em seu significado formal o ato ou efeito de planejar; projetar; traçar metas; elaborar um plano. Enquanto que financeiro significa, algo relativo a finanças, ao movimento e administração de dinheiro. Entretanto, a definição de Planejamento financeiro tem-se da união desses dois conceitos levados ao plano empresarial e pessoal.

Ferreira (2003) diz ainda que a palavra planejamento significa a ação de criar um mecanismo para melhorar a possibilidade de alcançar determinados objetivos. Com um bom planejamento é possível ajustar os recursos financeiros para que se possa atingir metas, que pode ter a finalidade de acumulação de riquezas, pagamento de dívidas ou ainda aquisição de bens móveis e imóveis.

Giaretta (2011, p. 10) enfatiza que o Planejamento Financeiro possibilita:

Ao cidadão ou família adequar suas rendas as suas necessidades. Para isso é fundamental o envolvimento com o orçamento, no sentido de conhecer seu próprio potencial econômico, ter noção dos valores, estabelecer metas, prioridades e prazos para a realização.

Para iniciar o Planejamento Financeiro é necessário primeiro ter conhecimento profundo de sua renda e principalmente das necessidades. Depois disso é fundamental que o indivíduo seja comprometido com os objetivos propostos para o atingimento das metas estipuladas. A falta de comprometimento com o planejamento implica na não realização das metas, o que ocasiona em um desperdício de tempo e trabalho.

De acordo com Lucion (2015) a economia brasileira sofre variações e encontra-se vulnerável a fatores globais, com isso o planejamento financeiro tende a ser mais apreciado e valorizado em primeiro plano no momento de se tomar qualquer decisão. As pessoas devem conduzir suas ações no intuito de atingir seus objetivos, seja de longo ou curto prazo, para que não sejam desperdiçados os recursos envolvidos.

Para Giaretta (2011) a eficácia de um planejamento passa pela capacidade do cidadão ou família gerar sua renda. Por isso existe a importância de determinar objetivos e prazos compatíveis com o orçamento pessoal.

De acordo Ewald (apud Kruger, 2014, p.43), “orçamento é a peça mais importante de ajuda na administração da escassez de recursos, tanto para um Governo como para uma Empresa ou uma Família”.

Assim como empresas e órgãos públicos, as pessoas também devem elaborar o seu orçamento para enfrentar dificuldades e selar pelo seu patrimônio.

Kruger (2014, p. 44) ressalta a importância que o orçamento tem para o planejamento financeiro:

O orçamento é o princípio de todo o planejamento de como economizar dinheiro. Quando se faz um orçamento sem saber necessariamente para o que ele serve, pode se tornar algo interminável e ainda pode-se criar uma ilusão de que as contas estão

sucessivamente em dia. Mas, aprofundando e anotando tudo, surpreende-se com o quão valioso um orçamento pode ser. Um orçamento bem feito dá o suporte necessário para manter os gastos controlados e até mesmo ajudar a encontrar problemas de excesso de gastos nas despesas mensais.

Conforme exposto o orçamento é de grande e relevante importância para o planejamento, tanto para economizar o dinheiro como também os gastos sobre controle, auxiliando assim na resolução de problemas.

Cerbasi (2009) apresenta um modelo de estrutura de controle orçamentário, que, em via de regra, o orçamento deve conter:

Figura 1: Estrutura de Controle Orçamentário

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	...
Descrição dos nomes das contas lançadas	Relação de suas receitas líquidas - ou - Relação de suas receitas brutas (-) Relação dos tributos na fonte = Total da receita líquida no período						
	(-) Relação de suas despesas fixas com: - Habitação - Saúde - Educação - Alimentação - Transporte - Impostos - Despesas pessoais						
	(-) Relação de suas despesas eventuais						
	= Saldo disponível						
	+ Sobra de caixa no mês anterior						
	(-) Aplicações financeiras feitas no período						
	= Sobra de caixa no mês						
	= Sobra de caixa total						

FONTE: Cerbasi (2009, p.27)

Conforme a figura apresentada um orçamento pessoal deve conter, resumidamente, entre outras coisas, a relação de todas as suas receitas, as despesas (fixas e pessoais) as sobras dos meses anteriores e o saldo final.

2.5 ENDIVIDAMENTO

Conforme Ferreira (2003) dívida é uma obrigação ou dever contraído junto a terceiros. Dívidas é um assunto delicado, muitas vezes causam transtornos quando não se sabe lidar com elas.

O Banco Central do Brasil (2016) diz que consideramos endividado aquele que não está conseguindo pagar seus compromissos, o que não é verdade. Neste caso, quando não conseguimos pagar as dívidas assumidas observa-se um patamar de endividamento bastante delicado e preocupante. Trata-se do endividamento em excesso, que tem como consequências a perda do patrimônio, comprometimento da renda com o pagamento de juros e de multas punitivas, e a redução do consumo entre outros fatores.

O endividamento pode ser considerado também como o aumento das dívidas de uma pessoa junto a terceiros. Como relatado pelo Banco Central do Brasil, não é preciso uma pessoa não conseguir pagar suas obrigações para ser considerada endividada. A partir do momento que um cidadão contrai uma dívida por um longo prazo, ela já deve ser considerada endividada. A grande diferença é que em alguns casos o indivíduo consegue arcar com sua obrigação.

De acordo com matéria publicada no Portal G1 (2016) o percentual de famílias brasileiras endividadas caiu para o índice de 57,7% em julho de 2016, atingindo um menor patamar desde janeiro de 2015. A matéria destaca ainda que a redução do endividamento é um reflexo da crise econômica e que quase um quarto (23,5%) das famílias tem mais da metade da sua renda comprometida.

Para Cerbasi (2009) quando a situação se encontra fora do controle:

Não conseguir pagar os compromissos assumidos é um nítido sinal de que lhe falta consciência. Contudo, poucas situações são tão comuns em uma família brasileira quanto à dificuldade de pagar todas as contas e prestações do mês.

Quando o indivíduo tem a consciência da capacidade dos seus recursos financeiros, torna-se mais fácil o controle de suas dívidas. Por outro lado, quando se compra sem o devido planejamento e sem saber se poderá assumir o compromisso no futuro, é aberto um precedente para o endividamento.

De acordo com Camargo (2007) os indivíduos devem seguir uma estratégia que permita a manutenção de seus bens e patrimônio, visando garantir sua tranquilidade financeira. Assim como as empresas, as pessoas também tem a necessidade de elaborarem uma estratégia para reduzir seus custos sejam domésticos ou pessoais. Quando se tem em mente aquilo que se pretende economizar ou gastar fica mais fácil de obter êxito. Por meio dessa estratégia é possível controlar as dívidas e conseqüentemente sair do endividamento.

De acordo com o Banco Central Brasil (2016) um fato que contribui para o endividamento das pessoas no Brasil são as diversas linhas de crédito disponíveis no mercado.

Em virtude disso é preciso ficar atento a taxas, condições de pagamento, prazos, valores e tipos de reajustes de prestações.

Cerbasi (2004) destaca que o endividamento causa transtornos na base familiar. Quando se tem dificuldades financeiras é comum haver brigas entre os casais por falta de dinheiro. A causa desses desentendimentos é ocasionada pela falta de planejamento, é comum as pessoas não fazerem se quer um orçamento, deixando para conversar sobre esse o assunto apenas quando já estão em situação delicada.

2.6 LINHAS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO PARA PESSOAS FÍSICAS

2.6.1 Linhas de financiamentos para pessoas físicas

O Banco Central do Brasil (2016) define financiamento como:

Um contrato entre o cliente e uma instituição financeira, mas com destinação específica dos recursos tomados, como, por exemplo, a aquisição de veículo ou de bem imóvel. Geralmente o financiamento possui algum tipo de garantia, como, por exemplo, alienação fiduciária ou hipoteca.

A maioria das instituições possuem vários tipos de financiamento, tanto para pessoas físicas como jurídicas.

Já Para Cerbasi (2009) financiamento são meios de se tomar dinheiro emprestado para poder realizar o pagamento de algum bem ou serviço, como casas, automóveis, computadores, eletrodomésticos ou algo que necessite da destinação de dinheiro. Geralmente o dinheiro do financiamento é proveniente de bancos/instituições financeiras.

Quando um cidadão toma dinheiro emprestado por meio de um financiamento, ele adquire junto a uma instituição financeira uma obrigação. Podendo usar esse dinheiro no que quiser, porém em determinado prazo terá que arcar com a responsabilidade de cobrir o financiamento.

De acordo com Cerbasi (2013, p.18) “no financiamento, além do montante, pagamos também juros todos os meses sobre o que continuamos devendo ao longo do tempo”.

Conforme relatado, não pagamos apenas o montante que foi adquirido no financiamento, somam-se a ele os juros. Esses juros são um ponto perigoso, pois são eles que podem causar transtornos e comprometer a vida financeira de uma pessoa ao longo de sua existência.

Segundo Camargo (2007) os empréstimos disponíveis para pessoas físicas possuem as mais variadas taxas, sendo muitas vezes menores que o cartão de crédito. Todavia, a contratação de um financiamento depende previamente de aprovação do banco.

Cabe então ao sujeito analisar qual o melhor financiamento e a melhor opção de taxa de juros, visando prevenir-se de imprevistos no futuro com altas taxas de juros.

2.6.1.1 Crédito Imobiliário

De acordo com Caixa Econômica Federal (2016) crédito imobiliário constitui uma linha de financiamento onde pessoas físicas e jurídicas podem viabilizar aquisição de um imóvel pronto ou em construção, para reforma ou ampliação, ou ainda a comprar de um terreno.

Em outras palavras o crédito imobiliário é um tipo de financiamento com destinação específica, tendo que ser gasto com um bem imóvel. Trata-se de um financiamento popular no Brasil, devido ao sonho de se ter a casa própria.

Macedo Jr. (2013) salienta que o crédito imobiliário trata-se de uma espécie de financiamento de longo prazo, onde o indivíduo pode começar a usufruir do imóvel adquirido muito antes do término de seu pagamento.

Para melhor entendimento sobre crédito imobiliário é necessário conhecer o que é o SFH – Sistema Financeiro de Habitação e o SFI – Sistema Financeiro Imobiliário.

De acordo com a Cartilha do Crédito Imobiliário da Caixa Econômica Federal (2016, p. 03):

O SFH foi criado pela Lei 4.380/64 e tem como característica a regulamentação das condições de financiamento imobiliário, por exemplo, taxa de juros, quota, prazos. O Governo Federal pode intervir em qualquer um dos aspectos do financiamento. Por sua vez o SFI foi criado pela Lei 9.514/97, permitindo a livre negociação entre as partes, sem regulamentação das condições de financiamento.

Observa-se que ambos os sistemas foram criados por lei, com objetivo de regulamentar o mercado de crédito imobiliário no Brasil. Salienta-se que no momento que achar necessário o governo poderá intervir no SFH, enquanto que no SFI a negociação é livre entre o contratante e contratado.

A Cartilha do Crédito Imobiliário da Caixa Econômica Federal (2016) apresenta ainda as modalidades de financiamentos que são apresentadas para pessoa física entre as mais

conhecidas e as que se destacam estão: aquisição de imóvel novo ou usado, aquisição de lote urbanizado, aquisição de terreno e construção, construção em terreno próprio e reforma e/ou ampliação.

Cabe ao adquirente do crédito imobiliário escolher a melhor linha de financiamento a ser utilizado, seja para aquisição de imóvel novo, usado, um terreno ou até mesmo um reforma existente.

Com relação às taxas cobradas pelo crédito imobiliário, o Banco Central do Brasil (2016) apresentou as 12 menores taxas praticadas pelas instituições financeiras para essa espécie de financiamento em setembro de 2016, em ordem crescente:

Figura 2: Taxas de Crédito Imobiliário

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO DO EST. DE SE S.A.	0,88	11,10
2	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	0,89	11,19
3	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	0,89	11,28
4	BCO BANESTES S.A.	0,90	11,40
5	ITAÚ UNIBANCO BM S.A.	0,93	11,81
6	APE POUPEX	0,94	11,84
7	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	0,94	11,94
8	BCO DO BRASIL S.A.	0,95	12,04
9	BCO BRADESCO S.A.	0,95	12,07
10	BCO CITIBANK S.A.	0,96	12,18
11	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,35	17,41
12	BARIGUI CH	1,92	25,57

Fonte: Banco Central do Brasil (2016)

2.6.1.2 Crédito Pessoal

O Banco Central do Brasil (2016) diz que o crédito pessoal é uma modalidade de financiamento em que o dinheiro pode ser utilizado como o cliente quiser. Sendo que as parcelas podem ser pagas de uma só vez ou em prestações mensais com taxa pré ou pós-fixadas.

Diferente do crédito imobiliário, o crédito pessoal não está necessariamente ligado a comprar de um imóvel ou produto. O cliente recebe o recurso e decide a maneira como que será usado.

De acordo com Macedo Jr. (2013) o crédito pessoal sem planejamento é fonte de futuros problemas, mas pegar dinheiro emprestado nem sempre pode ser um transtorno.

Quando utilizamos o crédito de forma planejada podemos melhorar nossa vida e até mesmo economizar, é o caso, por exemplo, de quando se adquire se troca uma geladeira velha por uma nova, mais econômica.

Cerbasi (2004, p. 59) explica que o crédito pessoal está:

Disponível a todos aqueles que têm conta corrente em banco e sejam maiores de 18 anos . Normalmente, é necessário preencher uma ficha de avaliação para verificar a linha de crédito, que é o limite de recursos que o correntista pode tomar emprestado. Os juros praticados não são baixos, mas são bem menores que os do cheque especial.

Para poder pegar um crédito pessoal é necessário ser maior de idade e possuir uma conta na instituição financeira que se pretende realizar o empréstimo. Tal necessidade se dá pelo fato do banco analisar o seu histórico, para saber o quando poderá liberar de recursos financeiros. Caso o risco do cliente não conseguir pagar o crédito seja elevado o banco pode não fornecer o empréstimo ou as taxas de juros serão bastante elevadas.

De acordo com o Banco Central do Brasil, as 20 menores taxas de juros para crédito pessoal – pessoa física entre 20/10/2016 eram respectivamente de:

Figura 3: Taxas de Crédito Pessoal

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO SUMITOMO MITSUI BRASIL S.A.	0,00	0,00
2	BCO DA AMAZONIA S.A.	2,53	34,98
3	BCO RENDIMENTO S.A.	2,55	35,30
4	BANCOOB	2,56	35,41
5	BCO A.J. RENNER S.A.	2,83	39,74
6	BANCO PAN	2,86	40,18
7	BCO SAFRA S.A.	2,91	41,14
8	SINOSSERRA S/A - SCFI	3,22	46,22
9	BCO CITIBANK S.A.	3,50	51,06
10	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	3,76	55,77
11	BRB - BCO DE BRASÍLIA S.A.	3,85	57,39
12	SANTANA S.A. - CFI	3,90	58,23
13	BCO DO EST. DE SE S.A.	4,00	60,08
14	PORTOSEG S.A. CFI	4,10	61,87
15	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	4,28	65,28
16	BCO BANESTES S.A.	4,58	71,15
17	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4,97	79,03
18	BCO DO BRASIL S.A.	5,00	79,66
19	CREDITÁ S.A. CFI	5,14	82,40
20	BCO DO EST. DO PA S.A.	5,36	87,09

Fonte: Banco Central do Brasil (2016)

Percebe-se que instituições financeiras populares como o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal estão entre as que cobram as maiores taxas de juros, considerando as 20 primeiras instituições nessa modalidade de crédito.

2.6.1.3 Consignação em folha de pagamento ou empréstimo consignado

Conforme o Rodrigues *et al.* (2016) a consignação em folha de pagamento é uma modalidade de empréstimo em que o devedor sofre um desconto no salário para quitar sua dívida junto ao banco. Apesar de ser uma dívida contraída pelo empregado, cabe ao empregador reter a parcela devida e repassar o valor para o banco. A lei 10.820/2003 estabelece que o limite máximo de consignação em folha de pagamento é 30% do salário do empregado, sendo que em 2015 com o advento da lei 13.126/2015 este limite se estendeu para 35%, entretanto esses 5% a mais serão destinados exclusivamente para pagamento de dívidas com cartão de crédito.

A consignação em folha como citado pode servir para pagar outras dívidas, como o cartão de crédito, dívida esta contraída por muitos brasileiros e que levou o governo ao aumento do limite do crédito consignado.

Rodrigues *et al.* (2016, p. 5) ressalta que “a introdução do Crédito em Consignação em Folha de Pagamento reduziu significativamente as taxas de juros de empréstimos oferecidos a pessoas físicas”.

Qualquer que seja a espécie de financiamento adquirido há a necessidade de verificar a taxa de juros aplicada. Conforme foi mencionado a Consignação em Folha de Pagamento reduziu as taxas de juros dos empréstimos, muito pelo fato do pagamento ser descontado diretamente da folha de pagamento do servidor que tomou o empréstimo.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2016) as 15 menores taxas de juros de Consignação em Folha de Pagamento, em ordem crescente, apresentadas em 20/10/2016 pelas instituições financeiras eram as seguintes:

Figura 4: Taxas de Consignação em Folha de Pagamento

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BANCOOB	1,60	20,92
2	BCO ALFA S.A.	1,75	23,10
3	FINANC ALFA S.A. CFI	1,82	24,16
4	BRB - CFI S/A	1,83	24,28
5	BCO SAFRA S.A.	1,84	24,47
6	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,89	25,15
7	BCO BANESTES S.A.	1,89	25,23
8	BCO ARBI S.A.	1,91	25,43
9	BCO BRADESCO S.A.	1,91	25,50
10	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,93	25,81
11	BARIGUI S.A. CFI	1,97	26,40
12	PARANA BCO S.A.	2,00	26,88
13	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	2,02	27,16
14	BANCO BONSUCESSO S.A.	2,08	28,08
15	BCO DO BRASIL S.A.	2,09	28,16

Fonte: Banco Central do Brasil (2016)

Macedo Jr (2013, p 42) explica que por ser um crédito mais barato a consignação em folha pode ser uma saída para se livrar de outras dívidas:

Há muitos casos também em que o crédito nos ajuda a realizar um sonho ou nos apoia em uma emergência. No mercado existem vários tipos de crédito, cada um indicado para uma situação específica. O chamado cheque especial é um exemplo: ele serve para nos apoiar em uma emergência. Só que como é muito caro, assim que o problema é resolvido é necessário cobrir o empréstimo com as reservas ou com outro crédito mais barato, como o consignado.

Observa-se que um servidor tem até 35% de seu salário para consignar, porém Macedo Jr (2013, p.43) relata que “o ideal seria fazer um planejamento financeiro sem nenhum problema, quando o momento não é de dificuldade, o planejamento objetiva desviar dos gastos e direcionar para aquilo que realmente pode melhorar a vida do indivíduo”.

Apesar de poder consignar até 35% do seu salário, o servidor tem que estar convicto que pode comprometer essa determinada fatia de seu salário, caso contrário, enfrentará dificuldades no seu planejamento financeiro.

2.6.1.4 Cartão de Crédito

O Procon/SP (2016) define cartão de crédito como um meio que possibilita ao cidadão:

O pagamento à vista ou parcelado de produtos e serviços, obedecidos aos requisitos pré-determinados, tais como, validade, abrangência, limite do cartão, etc. Foi criado

com a finalidade de promover o mercado de consumo, facilitando as operações de compra.

Como citado o cartão de crédito foi criado como o intuito de facilitar a aquisição de mercadorias de maneira geral.

Já o Banco Central do Brasil (2016) define cartão de crédito como uma ferramenta que deve ser usada exclusivamente para o pagamento de compras, serviços, ou contas. Enfatizando ainda a existência da anuidade que é cobrada para cobrir os custos com a prestação dos serviços. Constituindo-se ainda em uma das mais tradicionais formas de pagamento eletrônico existente em nosso país.

Cerbasi (2009) expressa que o cartão de crédito é um instrumento que, quando usado corretamente, facilita o planejamento financeiro. Porém, adverte que se deve tomar cuidado com essa forma de crédito, uma vez que as operadoras cobram juros abusivos e indevidos, também conhecido como taxa juros do rotativo do cartão.

Conforme relatado o cartão de crédito é um instrumento que permite a seus usuários realizar aquisições sem o uso propriamente de dinheiro, bastando portar o cartão de crédito. Devendo, porém utilizar-se esta forma de crédito com cuidado em virtude dos altos juros cobrados.

Com relação às taxas de juros do Cartão de Crédito, o Banco Central do Brasil apresentou em 20/10/2016 as seguintes menores taxas das instituições financeiras, em ordem crescente:

Figura 5: Taxas de Cartão de Crédito

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	SENFF S.A. - CFI	2,39	32,72
2	BCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.	4,10	61,97
3	BANCO GERADOR S.A.	4,17	63,36
4	BCO BMG S.A.	4,26	65,04
5	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	4,52	70,00
6	BCO DAYCOVAL S.A.	4,78	75,18
7	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	6,79	120,06
8	CCB BRASIL S.A. - CFI	8,09	154,39
9	BANCOOB	8,34	161,50
10	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	10,23	221,75
11	BCO BANESTES S.A.	10,68	237,89
12	BCO DO EST. DO PA S.A.	11,45	267,05
13	SOROURED CFI S.A.	11,69	276,81
14	AGIPLAN FINANCEIRA S.A. - CFI	11,81	281,73
15	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	11,94	287,13
16	BANCO ORIGINAL	11,95	287,54
17	BANCO PAN	12,65	317,71
18	FINAMAX S.A. CFI	13,07	336,65
19	BCO BRADESCO CARTOES S.A.	14,15	389,31
20	KREDILIG S.A. - CFI	14,15	389,57

Fonte: Banco Central do Brasil (2016)

Percebe-se por meio da tabela que instituições financeiras, que também oferecem esse serviço, bastante conhecidas como o Itaú Unibanco S.A (21°), Bando do Brasil S.A (24°), Banco Santander S.A (37°), Caixa Econômica Federal (39°), ficaram longe das instituições que oferecem as menores taxas para esta modalidade de crédito de acordo com o Banco Central do Brasil (2016).

Segundo Cerbasi (2009) o cartão de crédito constitui uma das alternativas de crédito mais caras do mercado, devendo ser usado apenas quando se tem a certeza que poderá arcar com essa dívida, do contrario sofrerá para paga-la por causa da alta taxa de juros.

Observa-se que o cartão de crédito é uma forma de financiamento bastante prática, permitindo a compra de mercadorias ou serviços. Contudo, deve-se tomar bastante cuidado para não se endividar com as altas taxas de juros.

2.6.2 Investimentos para pessoas físicas

De acordo com o Banco Central do Brasil (2016) investimento é uma forma de aplicar recursos financeiros com a expectativa de se obter um retorno por essa aplicação.

Investimentos possibilita ao cidadão a multiplicação de sua riqueza, caso o haja êxito na aplicação do recurso. Cerbasi (2013) considera que “investir é a força que proporciona aos indivíduos a possibilidade de ampliar suas riquezas”. Em outras palavras, é um caminho que permite a ascensão na escala social de conforto e ainda o bem-estar financeiro.

Segundo Eker (2006, p. 85) “quanto melhores os investimentos, mais rápido o dinheiro cresce e mais patrimônio ele proporciona”. Isto é, quanto melhores são os investimentos, maior será a chance de se obter retorno e conseqüentemente ocorrerá o aumento do patrimônio.

Conforme Giareta (2011, p. 19):

Há no mercado inúmeras opções de investimento, das mais simples e acessíveis à população em geral, as mais complexas e sofisticadas direcionada para investidores qualificados. Dizer que este ou aquele é melhor, é muito subjetivo, pois vai depender do que o investidor está buscando, qual o risco que tolera e o horizonte de investimento previsto para o recurso.

Assim como as modalidades de financiamento, os tipos de investimentos, como vimos, podem ser simples ou complexos. A escolha do tipo de investimento vai depender exclusivamente do quanto de dinheiro o investidor está disposto a aplicar, dos riscos que está disposto a ser assumidos e também do tempo de retorno do investimento.

Cerbasi (2013) salienta que quando se realiza um investimento existem duas possibilidades: acertar ou errar. Alguns fatores contribuem para o sucesso de um investimento, como o estudo prévio do no que está se investido e principalmente a situação do mercado que se investiu.

Verifica-se que nem sempre um investimento pode ser bem sucedido, existindo a possibilidade de perder tudo ou grande parte do que foi aplicado.

Macedo Jr (2013) explica que existem basicamente três perfis de investidores: o conservador, o moderado e o agressivo. O investidor conservador é aquele que está preferindo a correr pouco risco e dispõe de pouco dinheiro para investir, neste grupo incluem-se os que estão começando a realizar investimentos. O moderado é aquele que também prefere correr pouco risco mais está disposto a correr um risco maior para receber rendimentos acima da média. Por fim, o investidor agressivo é aquele que geralmente dispõe de uma grande quantidade de recursos para aplicar, escolhe os investimentos de alto risco por saber que maior será o retorno caso obtenha sucesso.

2.6.2.1 Caderneta de Poupança

De acordo com o Banco do Brasil (2016) a caderneta de poupança:

É o investimento mais popular e tradicional do nosso país devido, principalmente, a sua simplicidade de aplicação e resgate. É uma aplicação segura e suas regras de funcionamento são estipuladas pelo Banco Central, por isso existe uma padronização de taxas e o funcionamento de todas as instituições financeiras.

A caderneta de poupança é um investimento clássico e popular de aplicação de dinheiro em nosso país. Considerado um investimento conservador é utilizado pela maioria das pessoas que investem.

Para o Banco Central do Brasil (2016) a caderneta de poupança vai além de um investimento, trata-se também de uma maneira de precaver-se diante de situações inesperadas, realizar sonhos e garantir uma boa qualidade de vida no futuro.

Observa-se que quando poupamos, além de realizar um investimento, nos resguardando para o futuro. Eker (2006) diz que poupar é algo indispensável, não adiantando ganhar muito dinheiro e não conservar uma parte dele. Ao conservarmos uma parcela do que se ganha é o início para aumentar nosso patrimônio.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2016) a legislação atual (art. 12 da Lei nº 8.177) a remuneração dos depósitos de poupança é composta basicamente de duas parcelas, sendo elas: a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial - TR, e a remuneração adicional, correspondente a: 0,5% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%; ou 70% da meta da taxa Selic ao ano, vigente na data de início do período de rendimento, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for igual ou inferior a 8,5%.

Com relação aos rendimentos recebidos pelo investidor, Brasil (1991) diz em seu art. 12 que:

§ 4º O crédito dos rendimentos será efetuado:

I - mensalmente, na data de aniversário da conta, para os depósitos de pessoa física e de entidades sem fins lucrativos;

II - trimestralmente, na data de aniversário no último mês do trimestre, para os demais depósitos.

A data de aniversário da conta citada consiste no dia de abertura da conta, Brasil (1991) diz que para as contas abertas nos dias 29, 30 e 31 o dia de aniversário da conta será no dia 1º do mês seguinte.

O Banco Central do Brasil (2016) apresentou em 03 de novembro de 2016 uma remuneração total de 0,6701% para uma aplicação em conta poupança. Para obter um entendimento melhor, isso significa que para R\$ 1.000,00 aplicados o investidor obteria de retorno aproximadamente R\$ 6,70 em um mês.

2.6.2.2 Investimento em Imóveis

O investimento em imóveis também é muito popular entre os investidores brasileiros, necessita um maior capital para poder investir do que a caderneta de poupança. Segundo o Banco Central do Brasil (2016) o imóvel é considerado um investimento seguro e além da valorização que o imóvel pode sofrer existe a possibilidade de receber renda com o aluguel.

Cerbasi (2014) explica riscos envolvidos no investimento em imóveis, como o do imóvel não ser alugado, de desvalorizar-se e principalmente a inflação que pode diminuir o ganho real obtido.

Conforme mencionado investir em imóveis é considerado um investimento seguro, havendo a possibilidade de ganhar dinheiro com sua valorização e ao mesmo tempo com seu aluguel, todavia deve-se considerar a probabilidade de não encontrar pessoas interessadas no aluguel do imóvel e ainda existem os efeitos provocados pela inflação que podem até mesmo causar um prejuízo dependendo do momento que se encontra o mercado.

De acordo com Eker (2006) quando se adquire um imóvel à chance de ganhar dinheiro em um curto espaço de tempo é bastante pequena. Para quem pensa em investir em imóveis o ideal é comprar e esperar a valorização.

Percebe-se que aplicar dinheiro em imóveis é um investimento de longo prazo, para aqueles investidores que estão dispostos a esperar por um longo período até que se possa aparecer os resultados.

Cerbasi (2014, p. 35) alerta para os riscos que podem cair sobre investir em imóveis com relação às transformações do mercado:

O excesso de confiança nos imóveis e o ritmo lento de transformações nesse mercado podem fazer com que um investidor demore a reconhecer que fez um mau negócio. Quando se dá conta, percebe que já não consegue vender seu bem ou que não está fácil conseguir novos inquilinos, ou que o inquilino atual não paga o aluguel nem pagará mais, e o proprietário terá que arcar com todos os custos processuais para não perder o imóvel.

Observa-se que muita confiança pode prejudicar o investimento em imóveis, ao realizar esta modalidade de investimento é necessário analisar o comportamento apresentado pelo mercado, verificar se o momento é propício e só então aplicar o dinheiro, evitando desta maneira um mau negócio.

2.6.2.3 Títulos Públicos

De acordo com o Tesouro Nacional (2016) títulos públicos:

São ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação. Dada a menor volatilidade dos ativos de renda fixa frente aos ativos de renda variável, este tipo de investimento é considerado mais conservador, ou seja, de menor risco. Ao comprar um título público, você empresta dinheiro para o governo brasileiro em troca do direito de receber no futuro uma remuneração por este empréstimo.

Quando se compra um título público o cidadão recebe no futuro valor do título mais os juros por ter emprestado dinheiro ao governo. Além de ser uma boa alternativa de investimento a comprar de títulos proporcionam ao governo federal investir em áreas fundamentais de nosso país como a educação, saúde e infraestrutura.

O Tesouro Nacional (2016) apresenta o caminho para investir em Títulos Públicos, entre o fundamental está possuir um CPF e conta em uma instituição financeira, possuir um

agente de custódio (banco ou corretora) para intermediar suas transações com o tesouro direto, esse agente de custódia será responsável por abrir um cadastro em nome do investidor para que se possa operar no tesouro direto. Depois de cadastrado o investidor receberá da BM&Bovespa uma senha provisória para acessar uma área restrita do Tesouro Direto, em que são realizadas as operações de compra e venda, como também a consulta de saldos e extratos. Após o recebimento da senha provisória o investidor terá que trocar esta senha por uma nova de seu interesse, feito isto estará habilitado e poderá começar a investir no título mais adequado para alcançar seu objetivo financeiro.

Macedo Jr (2013) diz que antes da criação do Tesouro Direto, em 2002, as pessoas físicas adquiriam Títulos públicos apenas indiretamente, por da aquisição junto a fundos de investimentos. Apenas as grandes instituições financeiras, isto é, os grandes especialistas podiam comprar esses títulos do governo. Atualmente, existe a possibilidade de investir sem a necessidade de intermediação de um gestor profissional nas negociações, por meio de um banco ou corretor é possível o investidor administrar seus recursos de maneira direta, adequando seus interesses e ficando livre de altas taxas de juros cobradas por administradores.

Constate-se que investir em títulos públicos é uma modalidade de investimento diferente das demais, uma vez que se empresta dinheiro ao governo. Sendo considerado um investimento conservador, pelo baixo risco de não obter o retorno esperado, uma vez que o governo federal garante o pagamento dos títulos investidos juntamente com os juros.

2.6.2.4 Previdência Privada

De acordo com a BrasilPrev (2016) a previdência privada, também conhecida como previdência complementar, é uma aposentadoria que não está vinculada ao do sistema do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Ela estabelece a formação de uma reserva a ser usada para complementar a renda recebida, como também para realizar um projeto de vida. Existem duas modalidades de plano de Previdência privada no mercado, o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e o VGBL (Vida Gerador Benefício Livre). O PGBL é indicado para os cidadãos que optam pela declaração completa do IR, pois permite abater do IR os aportes ao plano até um limite máximo de 12% da renda bruta tributável do investidor. Enquanto o VGBL é indicado para quem realiza declaração de IR de forma simplificada já que não permite abater os aportes do plano.

Os planos de Previdência Privada além permitir que o cidadão guarde uma parcela de seu dinheiro, oferece ainda as vantagens de complementação de aposentadoria, realização de projetos de vida e benefícios fiscais. É um investimento importante para as pessoas insatisfeitas com a previdência social (INSS) existente no Brasil.

De acordo com Macedo Jr (2013) o Brasil passa por um momento de grave crise na previdência social, não sendo garantida para as gerações futuras a tranquilidade da aposentadoria. Devendo os servidores assegurar reservas financeiras para momentos de escassez de recursos financeiros

O atual cenário de dificuldade enfrentado pela previdência social brasileira reflete na população a incerteza de que todos terão a esperada tranquilidade ao aposentar-se. Neste momento para os que desejam uma vida tranquila financeiramente quando chegar à idade de aposentar, a previdência privada aparece como uma excelente alternativa para um bom projeto de vida.

Sobre a dificuldade enfrentada pela previdência social no Brasil, Cerbasi (2014, p. 16) relata que:

O esforço feito pela maioria das pessoas para sua aposentadoria já seria insuficiente mesmo se o cenário não fosse tão ruim. Todos conviveram com avós, pais ou tios que sofrem algum tipo de privação, somos alertados diariamente pela mídia sobre o rombo do INSS, temos consciência de que aposentar-se está cada vez mais sofrido e, mesmo assim, pouco faz para mudar a situação.

Com isso, fica exposta a importância de um plano de previdência privada para um cidadão que está insatisfeito com a previdência social oferecida no Brasil e que busca uma ter aposentadoria tranquila, sem passar nenhuma dificuldade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia de acordo com Kauark, Malhães e Medeiros (2010, p. 53-54) é a explicação precisa, detalhada, exata e rigorosa de todo o caminho percorrido para a realização do trabalho. Dentre outros a metodologia é composta por partes que descrevem o lugar, os sujeitos e objetos do estudo, os métodos e técnicas utilizados, que muitas vezes estão descritos como procedimentos da pesquisa, as limitações da pesquisa, o tratamento e a forma de apresentação dos dados.

Para pesquisa, Kauark, Malhães e Medeiros (2010, p. 24) apresentam o seguinte conceito:

Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não se deve dizer que se faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa. Pesquisa é, portanto o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento.

De acordo com a citação acima, quando se inicia uma pesquisa o esperado é obter respostas ou soluções para um problema abordado. Como consequência ganha-se conhecimento sobre tal fato pesquisado.

3.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

A pesquisa foi de natureza aplicada, que de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) “tem o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas, envolvendo verdades e interesses”.

A forma de abordagem da pesquisa consistirá na maneira qualitativa, de acordo com Fonseca (2002, p. 20) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Foram aplicados questionários fechados aos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, que serão analisados para traduzir informações numéricas em respostas, permitindo desta maneira uma análise melhor.

Terá finalidade descritiva, que segundo Kauark, Malhães e Medeiros (2010, p. 29) “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno”. E terá ainda finalidade explicativa objetivando identificar os fatores determinantes ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Por fim, o meio utilizado foi o levantamento, uma vez que a pesquisa irá tratar sobre as características de um grupo de pessoas, neste caso os servidores. De acordo com Fonseca (2002) aponta que este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população.

3.2 O CONTEXTO DA PESQUISA: ESPAÇO E SUJEITOS DE INVESTIGAÇÃO

O espaço da pesquisa foi a Prefeitura Municipal de São Fernando-RN, já os sujeitos da pesquisa foram os servidores do quadro efetivo, que são 185. Foi entregue questionário a 120 servidores, mas apenas 98 deram retorno com o questionário respondido. Portanto, a amostra utilizada foi de 53% do total de servidores efetivos.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E SELEÇÃO DOS DADOS

O instrumento escolhido para a coleta e a seleção dos dados foi à aplicação de um questionário essencialmente fechado, sem necessidade de identificação.

A definição desse instrumento se deve pela liberdade que o entrevistado possui na hora de assinalar suas alternativas, sem receber nenhuma influência. Segundo Kauark, Malhães e Medeiros (2010), para as respostas terem maior significado, não devem conter no questionário itens de identificação do tipo “nome”, “endereço” e “telefone”, a não ser que haja a necessidade para selecionar alguns questionários para posterior entrevista.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Gerhardt e Silveira (2009, p. 81) “análise tem como objetivo organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto”. Ao analisar dados espera-se que os dados forneçam respostas claras, não restando dúvida sobre o que será apresentado.

O procedimento de análise e interpretação dos dados, obtidos por meio de questionário, foi feito através da organização das respostas alcançadas. Cada pergunta tem suas respostas colocadas em gráfico e em forma de porcentagem.

Para facilitar o entendimento utilizei a ferramenta Microsoft Excel, com a finalidade de chegar a uma conclusão final sobre a pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico serão apresentados os dados obtidos por meio da pesquisa e sua referente análise. Pesquisa foi realizada com 98 servidores efetivos da prefeitura municipal de São Fernando-RN.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

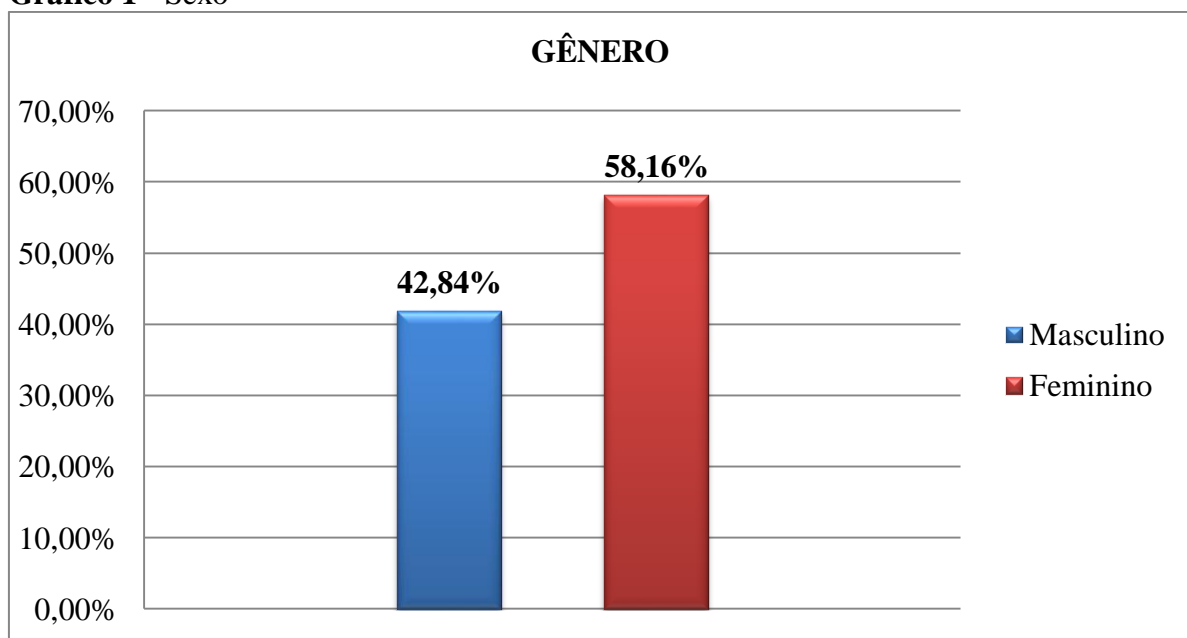
Neste item será apresentado o perfil dos entrevistados consistindo basicamente de seu gênero, idade, escolaridade e tempo de serviço.

De acordo com Cerbasi (2013) muitas instituições financeiras aplicam questionários para captar informações do cidadão como sua idade, gênero, escolaridade e número de filhos, para definir um perfil e assim fornecer algum tipo de crédito.

4.1.1 Gênero

O gráfico 1 apresenta a distribuição percentual dos servidores pesquisados por gênero.

Gráfico 1 - Sexo



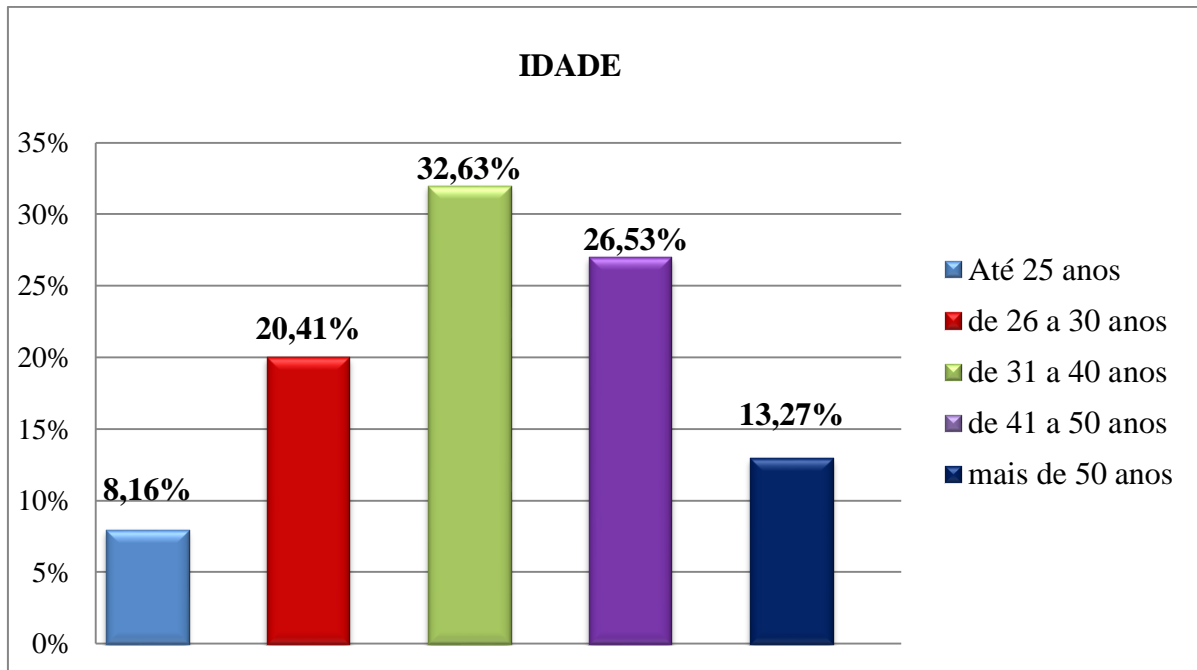
Fonte: dados da pesquisa (2016)

Por meio do gráfico 1, percebe-se que a maioria dos servidores da prefeitura são mulheres com 58,16%, enquanto os homens apresentam o percentual de 42,84%.

4.1.2 Idade

O gráfico 2 apresenta a distribuição percentual dos servidores por faixa etária.

Gráfico 2 – Faixa etária

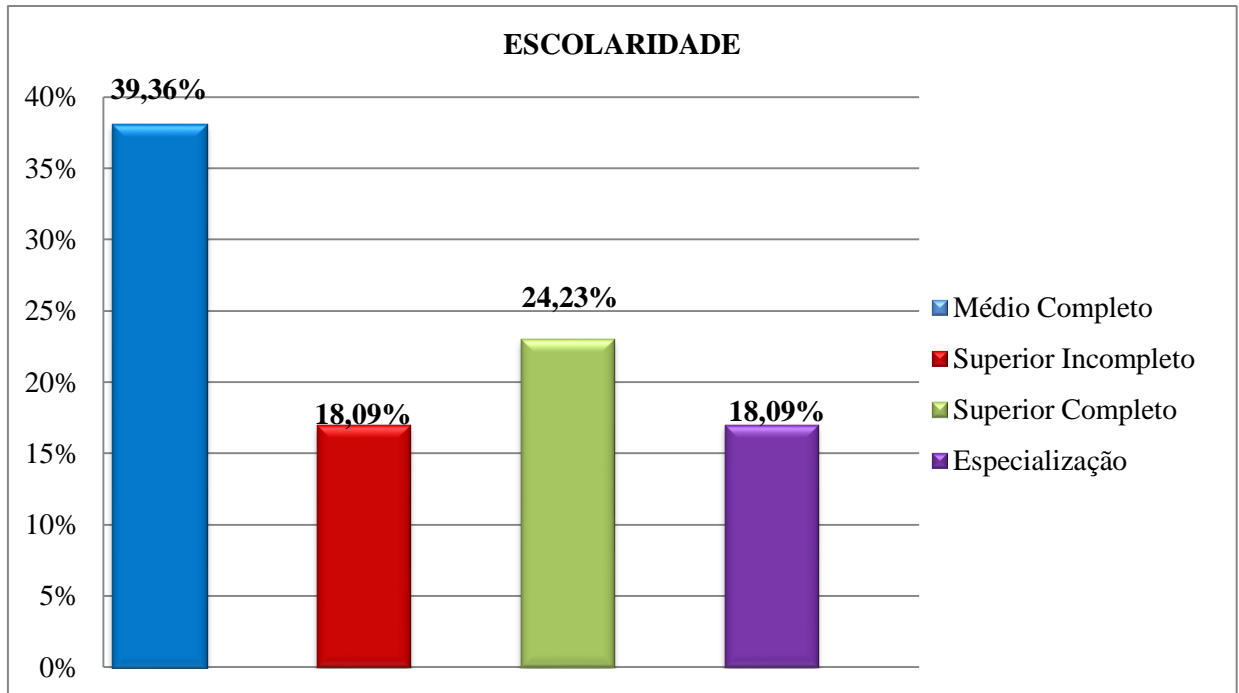


Fonte: dados da pesquisa (2016)

Conforme o gráfico 2, a maioria dos servidores estão na faixa etária entre 31 a 40 anos, representando 32,63% da amostra. Seguidos por aqueles que têm entre 41 a 50 anos com 26,53%, de 26 a 30 apresentaram 20,41%. Têm-se ainda 13,27% dos servidores com mais de 50 anos, e apenas 8,16% têm até 25 anos.

4.1.3 Escolaridade

O Gráfico 3 apresenta a distribuição percentual dos servidores pesquisados por escolaridade.

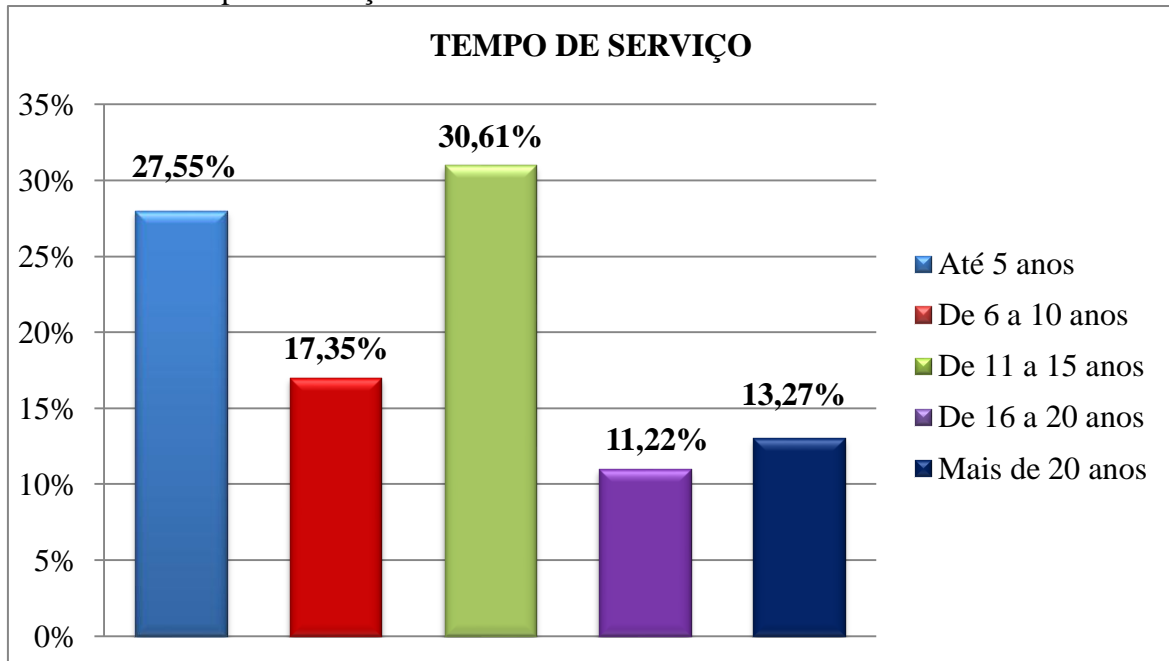
Gráfico 3 - Escolaridade

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Através do gráfico 3 é possível perceber que a maioria dos servidores, 39,36%, tem ensino médio completo. Enquanto que 24,23% apresentam superior completo, 18,09% superior incompleto e 18,09% deram sequência em seus estudos e possuem especialização.

4.1.4 Tempo de serviço na prefeitura

O gráfico 4 apresenta o tempo de serviço que os servidores possuem na prefeitura.

Gráfico 4 - Tempo de serviço

Fonte: dados da pesquisa (2016)

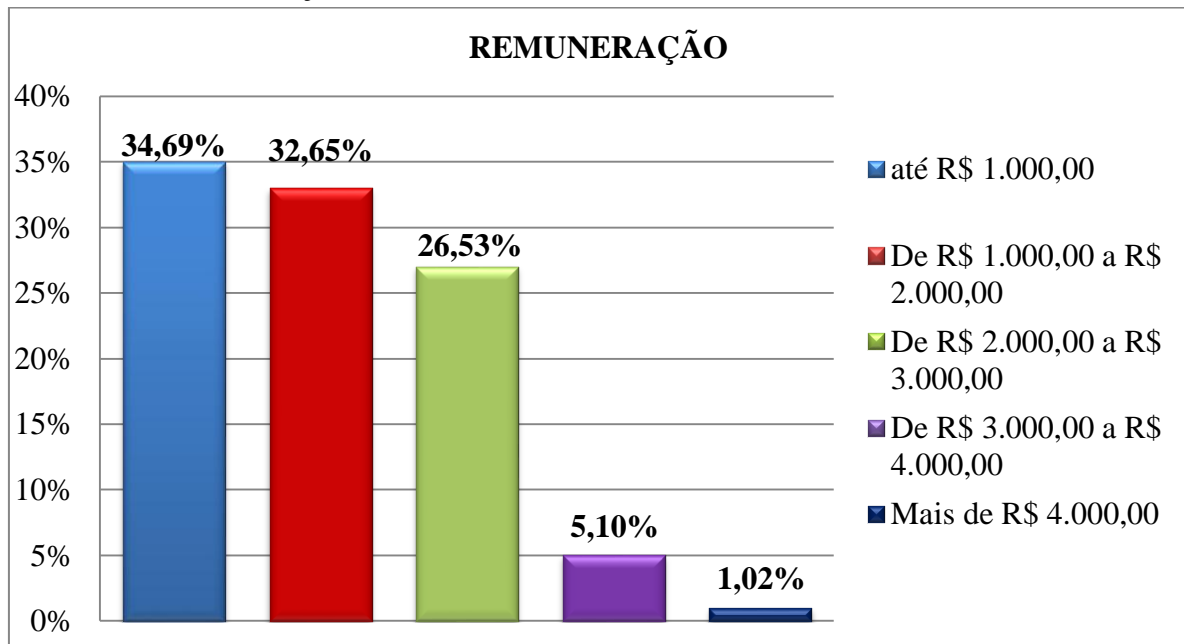
Por meio do gráfico 4 é possível observar que os servidores trabalham na prefeitura há mais de 10 anos representam a maioria, sendo 55,10% do total dos entrevistados. Por sua vez os que trabalham a menos de 10 anos representam 44,90%.

4.2 RENDA

Neste tópico será apresentada a renda dos servidores obtida por meio do salário recebido da Prefeitura Municipal de São Fernando-RN.

4.2.1 Remuneração

O gráfico 5 apresenta a remuneração dos servidores. Conforme Eker (2006) todos os indivíduos devem analisar com cuidado sua renda, independente dela ser alta ou baixa, pois é por meio dela que se tira o sustento ou é o início para aumentar o patrimônio.

Gráfico 5 – Remuneração

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Conforme o gráfico 5, os servidores que recebem até R\$ 1.000,00 reais são a maioria representando 34,69%. Os que recebem entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil são 32,65%, de R\$ 2 mil a 3 R\$ são 26,53%, e aqueles que recebem de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil e mais de 4 R\$ a mil, representam apenas 5,10% e 1,02%, respectivamente.

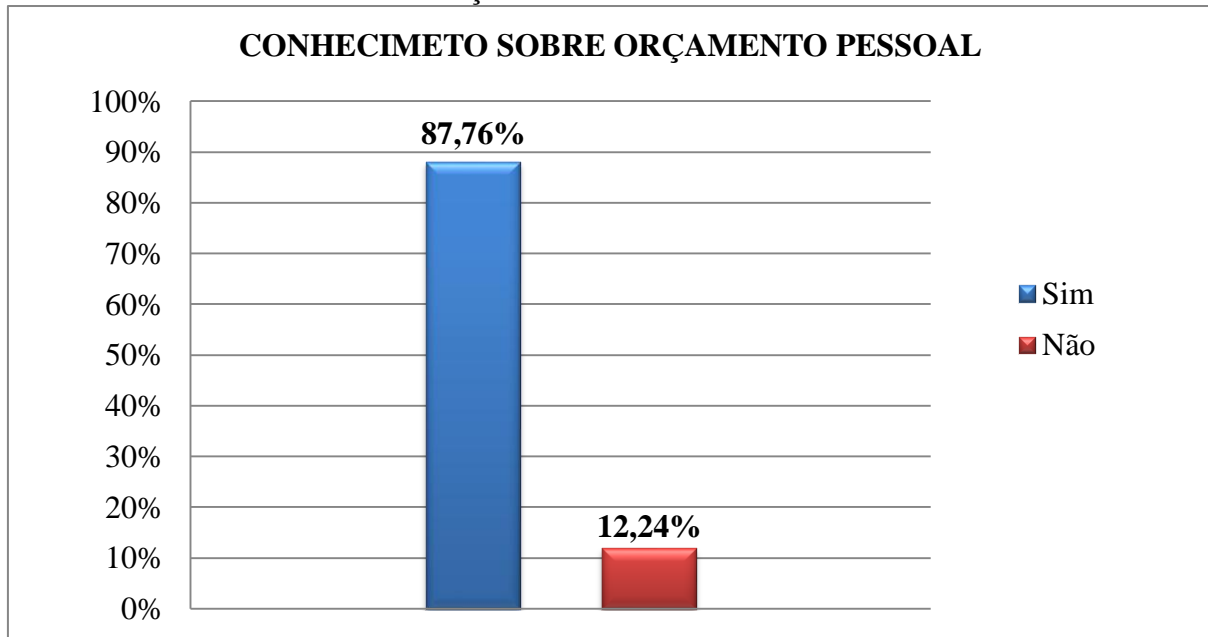
4.3 CONHECIMENTO E ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO PESSOAL

A seguir serão apresentados dados sobre o conhecimento e elaboração de orçamento pessoal por parte dos servidores da Prefeitura Municipal de São Fernando-RN.

4.3.1 Conhecimento sobre Orçamento Pessoal

O gráfico 6 apresenta a distribuição dos servidores que sabem o que é um orçamento pessoal.

Para Cerbasi (2009) é de extrema importância que o individuo reflita sobre seu orçamento. Deve-se sempre procurar eliminar gastos supérfluos e de menor relevância ao mesmo tempo estabelecendo objetivos para os recursos que estão sendo economizados.

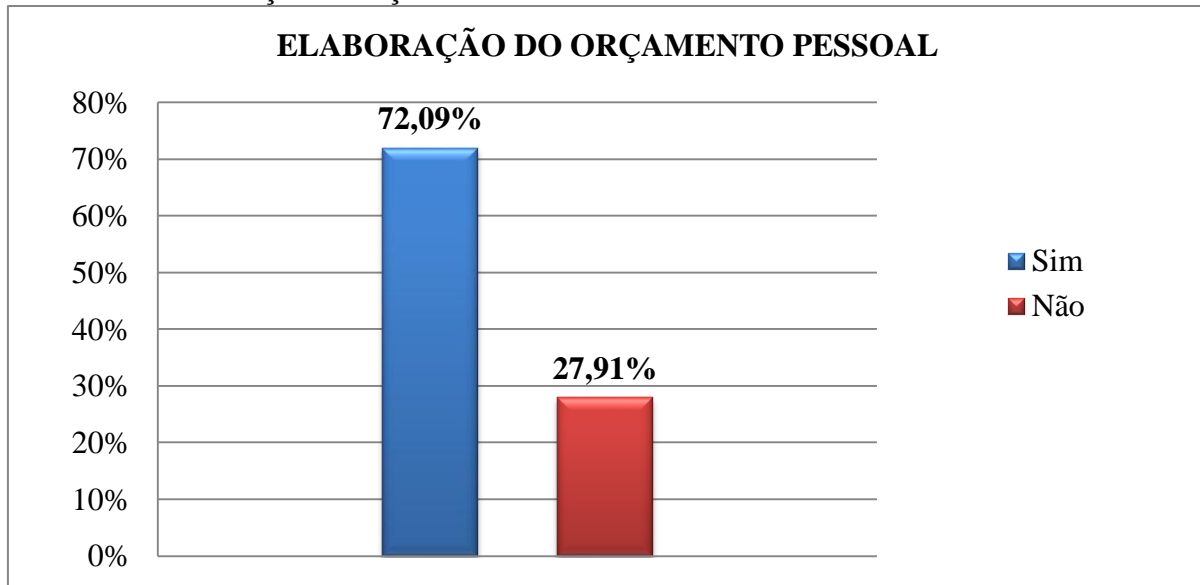
Gráfico 6 - Conhecimento sobre Orçamento Pessoal

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Foi perguntado aos servidores se eles sabiam o que era um orçamento pessoal. Conforme o gráfico 6, a grande maioria dos servidores, 87,76%, sabem o que é um orçamento pessoal. 12,24% dos pesquisados admitiram não saber o que é um orçamento pessoal.

4.3.2 Elaboração do Orçamento Pessoal

O gráfico 7 apresenta o percentual de servidores que elaboram um orçamento pessoal.

Gráfico 7 - Elaboração de Orçamento Pessoal

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Para Camargo (2007) a elaboração de um orçamento pessoal força ao cidadão se disciplinar e ainda torna o processo de planejamento mais exequível, uma vez que se preocupa com os gastos diários em vez de uma ideia vaga e distante para o futuro.

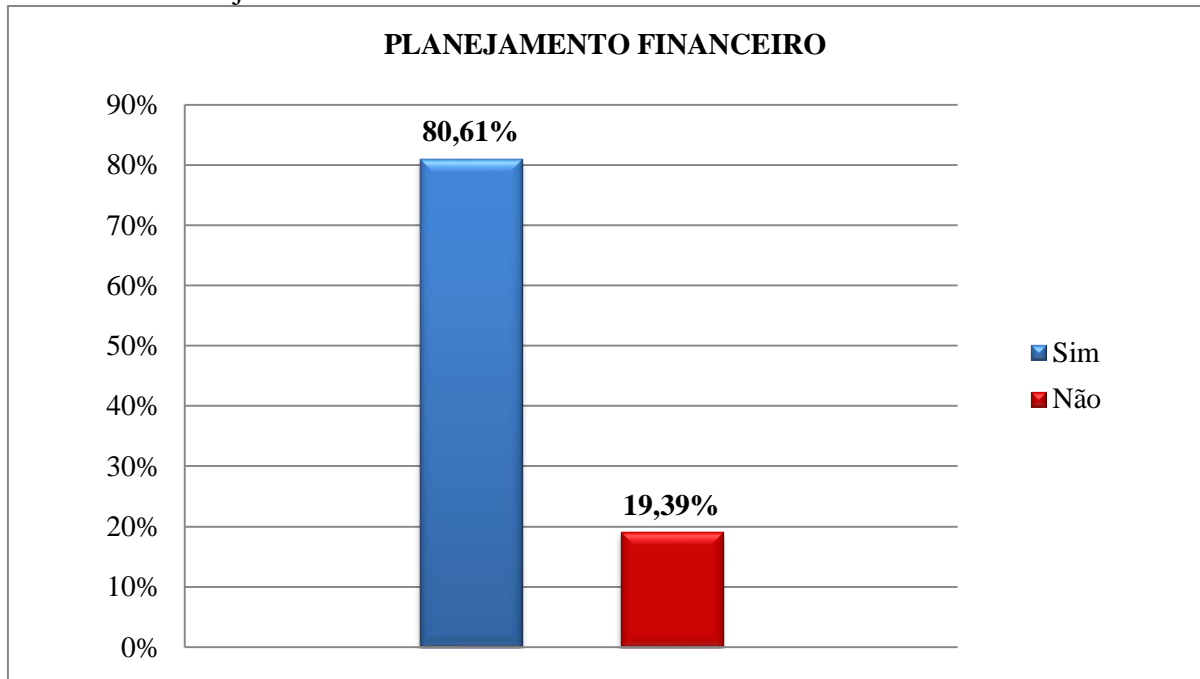
Conforme o gráfico 7, no que diz respeito à elaboração do orçamento pessoal, 72,09% disseram que elaboram, enquanto 27,91% confessaram que não fazem o orçamento.

4.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Este tópico refere-se ao planejamento financeiro, e têm o intuito de verificar a existência de um planejamento financeiro por parte dos servidores ou se tal fato importa para os mesmo.

4.4.1 Planejamento

O gráfico 8 apresenta o percentual de servidores que realizam um planejamento financeiro.

Gráfico 8 - Planejamento Financeiro

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Conforme Camargo (2007) De maneira simplificada, o planejamento financeiro pessoal é um método eficiente de preparação para as necessidades financeiras futuras.

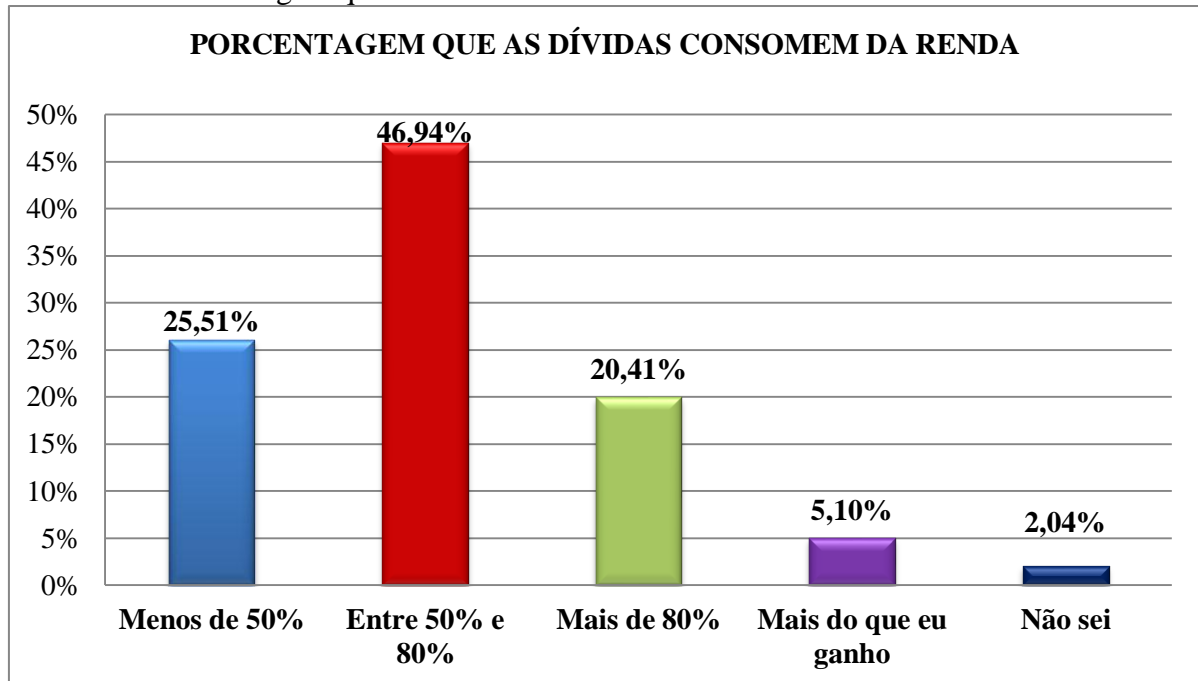
Foi perguntado aos servidores se eles se planejavam financeiramente. De acordo com o gráfico 8, aproximadamente 80,61% dos servidores garantem que se planejam. Enquanto que 19,39% confessaram que não realizam um planejamento financeiro.

4.5 ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES

Aqui será apresentada a influência que dívidas comuns como alimentação, conta de água, luz e telefone exercem sobre a renda dos servidores.

4.5.1 Porcentagem que as dívidas consomem da renda

O gráfico 9 apresenta o percentual que as dívidas consomem da renda dos servidores.

Gráfico 9 - Porcentagem que as dívidas consomem da renda

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Pereira, Pereira e Treml (2015) apontam que as causas do endividamento estão associadas ao alto consumismo, o excesso de crédito e sua oferta fácil tem exigido uma preocupação maior quando relacionado às finanças.

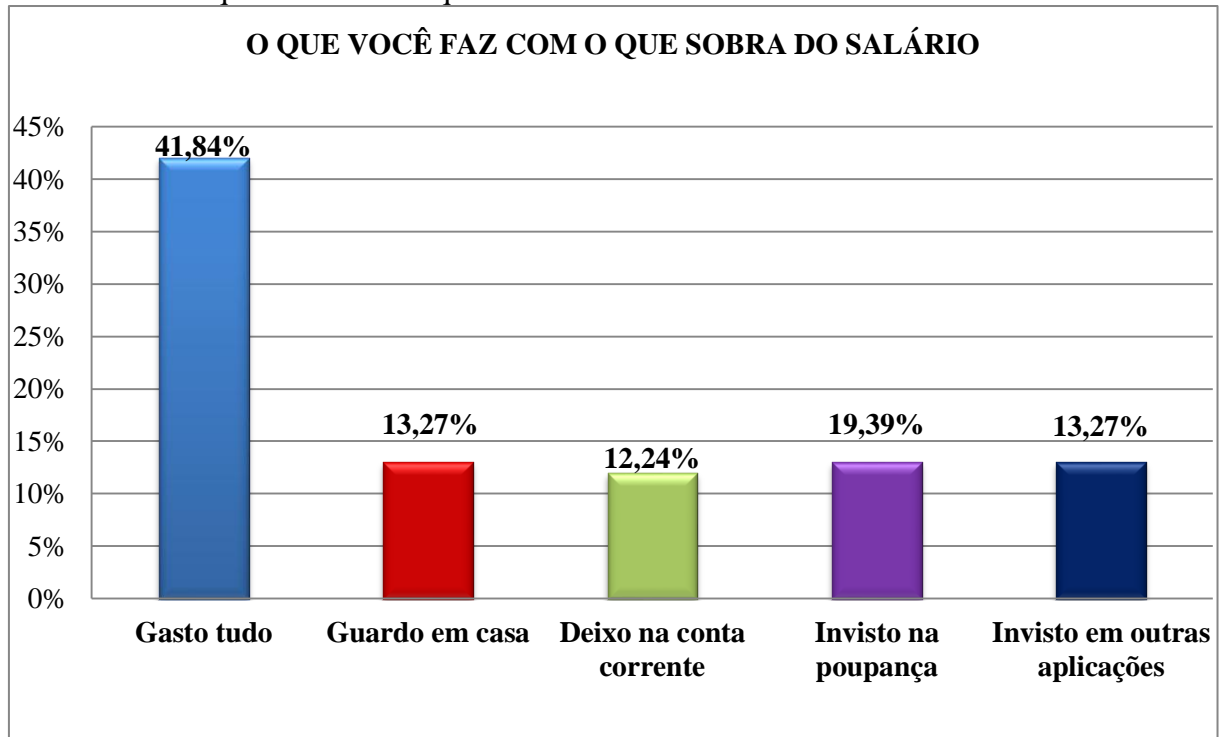
Conforme apresentado no gráfico 9, para 46,94% dos pesquisados as dívidas consomem entre 50 e 80% da renda. Para 25,51% dos entrevistados as dívidas consomem menos de 50%. Enquanto que para 20,41% as dívidas consomem mais de 80% da renda. 5,10% admitiram que as dívidas consomem mais do que eles ganham e 2,04% não sabem o percentual que as dívidas consomem de sua renda.

4.6 SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIDORES

Neste item, será apresentada a situação financeira em que se encontram os servidores e os motivos que podem levar a tal situação.

4.6.1 O que é feito com o que sobra do salário

O gráfico 10 apresenta o que os servidores fazem com o que sobra de seu salário. A presente pergunta teve a finalidade de identificar a destinação que os servidores dão aos recursos que não estão comprometidos.

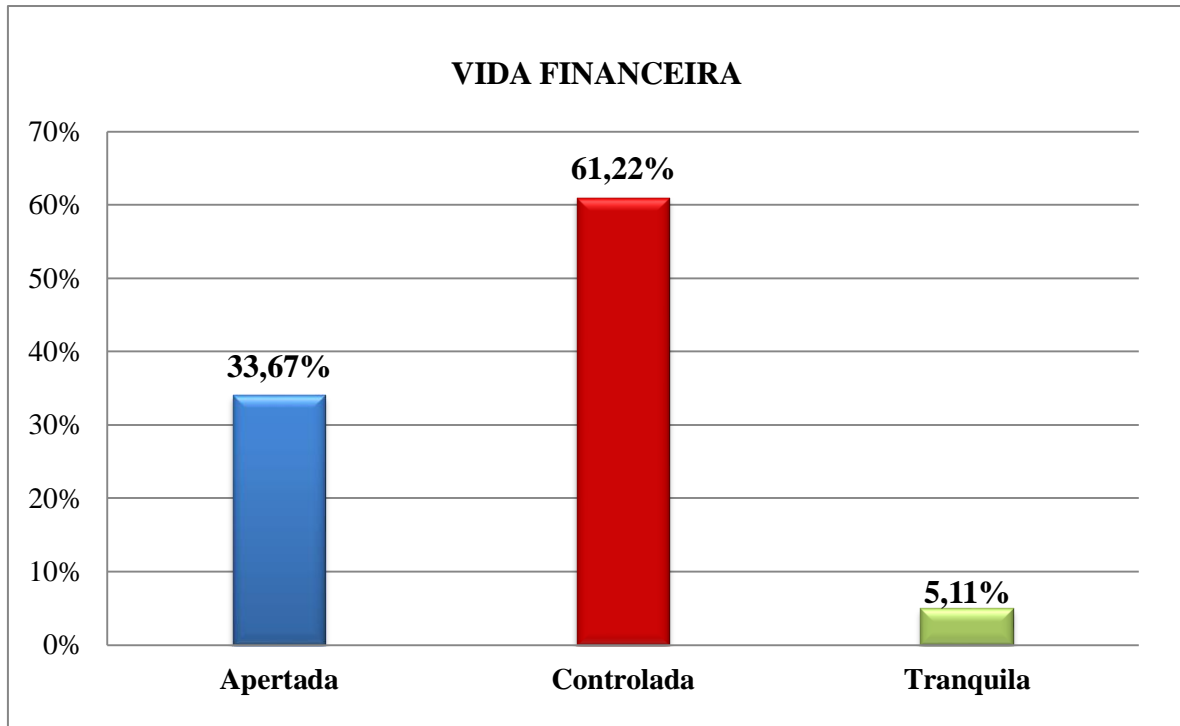
Gráfico 10 - O que se faz com o que sobra do salário

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Conforme apresentado pelo gráfico 10, a grande maioria dos servidores, 41,84%, gastam tudo o que sobra do salário. As outras opções apresentaram resultados parelhos, 13,27% disseram que guardam o que sobra em casa, 12,24% confessaram que deixam o restante na conta corrente, 19,39% afirmaram que aplicam o que sobra na poupança e 13,27% investem as sobras em outras aplicações.

4.6.2 Vida financeira

O gráfico 11 apresenta como os servidores consideram sua vida financeira.

Gráfico 11 - Vida financeira

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Cerbasi (2009) afirma que boa parte da população não consegue manter sua situação financeira dentro do equilíbrio. Sendo que o maior problema reside em escolher um padrão de vida compatível com a renda obtida.

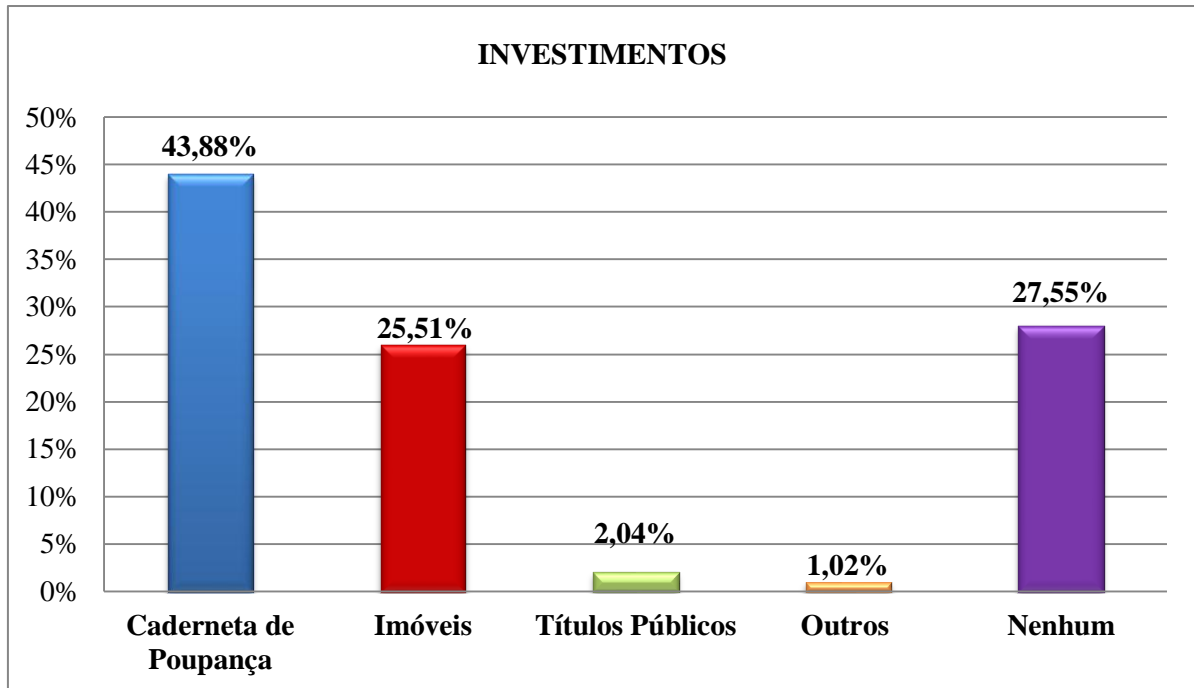
De acordo com o gráfico 11, a maioria dos servidores considera que possuem uma vida financeira controlada, sendo 61,22% do total. Para 33,67% dos pesquisados sua vida financeira é apertada, enquanto que apenas 5,11% dizem que possuem uma vida financeira tranquila.

4.7 INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS DOS SERVIDORES

O presente item tem como objetivo verificar a existência de investimentos e financiamentos que os servidores possuem.

4.7.1 Investimentos

O gráfico 12 apresenta os investimentos que os servidores possuem.

Gráfico 12 – Investimentos

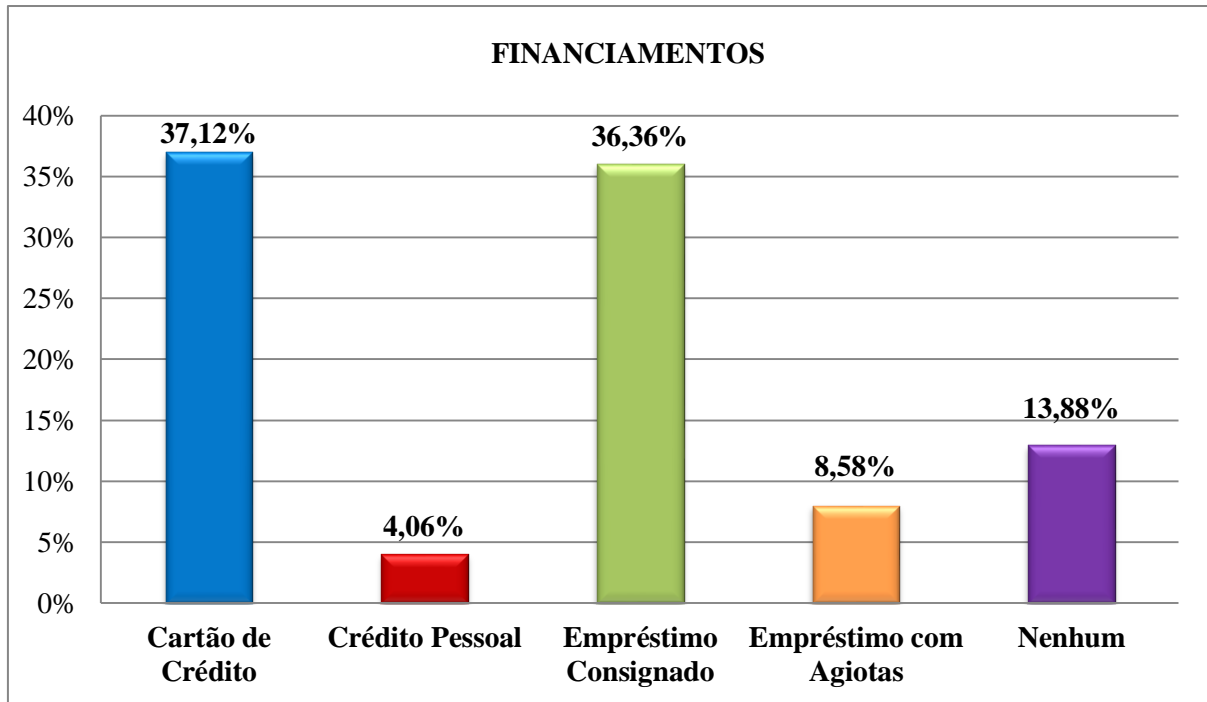
Fonte: dados da pesquisa (2016)

Foi perguntado aos servidores que tipos de investimentos eles possuíam. Conforme o gráfico 12, dois investimentos são os preferidos entre os servidores: Caderneta de poupança e imóveis.

A caderneta de poupança é o investimento que mais aparecem entre os servidores com 43,88%, seguido por imóveis com 25,51%. Títulos públicos apresentaram apenas 2,04%. E 27,55% dos servidores admitiram não possuir nenhum tipo de investimento.

4.7.2 Financiamentos

O gráfico 13 apresenta os financiamentos que os servidores efetivos possuem.

Gráfico 13: Financiamentos

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Conforme Cerbasi (2014) ao pensar em adquirir um imóvel as pessoas devem analisar cuidadosamente o contrato, para evitar transtornos e problemas graves no futuro.

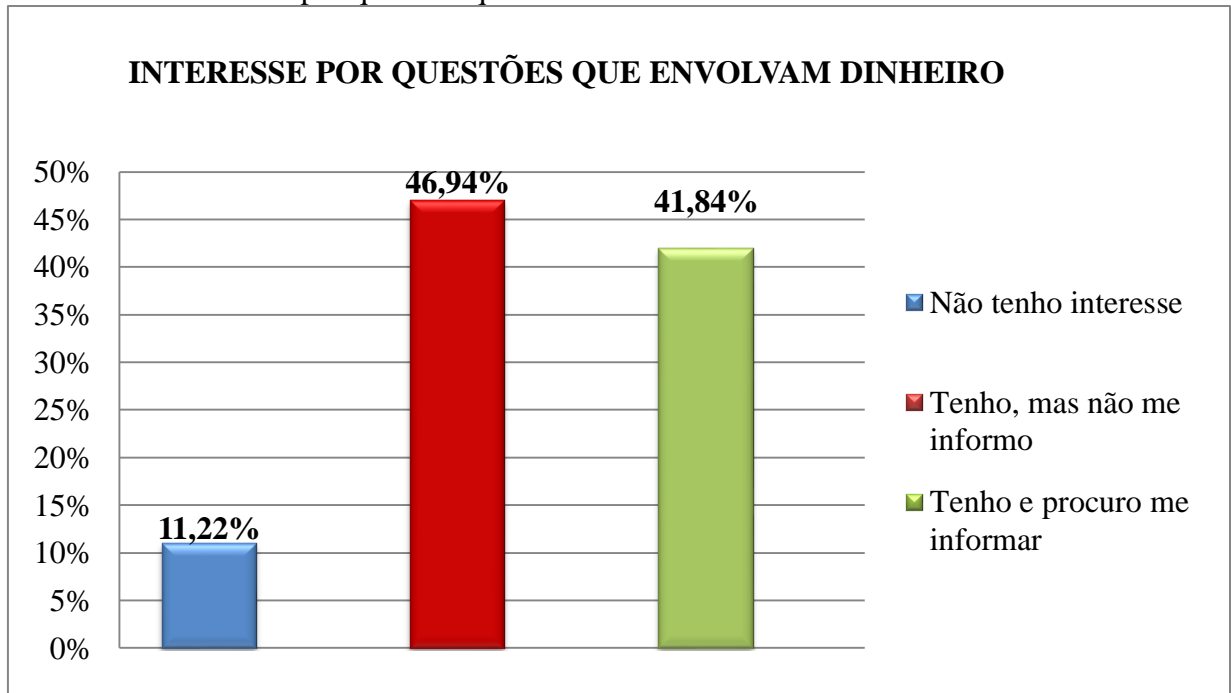
De acordo com os dados apresentados pelo gráfico 13, a grande maioria dos financiamentos que os servidores possuem está concentrada em duas modalidades o cartão de crédito com 37,12% e o empréstimo consignado com 36,36%.

O empréstimo com agiotas aparece com 8,58% e o crédito pessoal aparece com 4,06%. Enquanto 13,88% dos servidores não possuem nenhum tipo de financiamento.

4.8 INTERESSE POR QUESTÕES QUE ENVOLVAM DINHEIRO

Neste item será apresentado o interesse que os servidores têm por questões que envolvam dinheiro como finanças, orçamento pessoal e planejamento financeiro.

De acordo com Kruger (2014) viver sem dinheiro é impossível nos dias de hoje. Sendo indispensável saber usa-lo quando as contas chegam ao final do mês. É importante se interessar por essa questão, uma vez que a falta de interesse fatalmente ocasionará problemas financeiros.

Gráfico 14 - Interesse por questões que envolvam dinheiro

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Foi perguntado aos servidores se ele tem interesse por questões que envolvam dinheiro. Conforme apresentado pelo gráfico 14 a maioria, 46,94%, disse que tem interesse, mas não se informa sobre o assunto. 41,84% disse que tem interesse e procura se informar sobre o assunto e 11,22% confessou que não tem nenhum interesse sobre essa questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal verificar o grau de conhecimento e a aplicação prática dos servidores efetivos da prefeitura municipal de São Fernando-RN em relação as suas finanças pessoais. Avaliando o conhecimento que os mesmos detêm sobre suas finanças, orçamento pessoal e planejamento financeiro, verificando o grau de endividamento, investimentos e financiamentos que eles possuem.

O tema finanças pessoais deveria ser mais discutido e disseminado na sociedade uma vez que se refere a algo de extrema importância na vida dos cidadãos que é o dinheiro. Saber lidar com dinheiro é fundamental e indispensável nos dias de hoje, para isso é necessário que se tenha no mínimo noções sobre o que é orçamento pessoal e planejamento financeiro, duas ferramentas que auxiliam e muita no controle financeiro e na gestão das finanças.

Os dados obtidos na pesquisa mostra que os servidores, em sua maioria, têm conhecimento sobre o que é um orçamento pessoal e ainda que grande parte o elabora. Pode-se observar então que a maior parte dos servidores tem sua situação financeira sobre controle.

A pesquisa mostra que a situação dos servidores em relação as suas dívidas não é de muita preocupação, mas merece atenção. É possível cortar gastos para que sobre mais dinheiro, para ser empregado no aumento do patrimônio dos servidores.

Outro fato observado na pesquisa que merece destaque é sobre o planejamento financeiro, a grande maioria disse que se planeja financeiramente. Fato que ajuda e muito na consolidação de uma vida financeira saudável.

Com relação aos investimentos e financiamentos, observar que em relação à aplicação de dinheiro os servidores preferem investimentos tradicionais e conservadores como a caderneta de poupança e imóveis, tal fato está possivelmente está relacionado às suas remunerações que não são altas, por isso a maioria prefere empregar seu dinheiro em investimentos conservadores. Nos financiamentos observa-se um dado preocupante a grande maioria opta por duas modalidades: o cartão de crédito e o empréstimo consignado. Vale salientar que são duas modalidades perigosas, uma vez que a primeira possui altas taxas de juros, enquanto que a segunda compromete boa parte da remuneração por um longo período de tempo.

Conclui-se que a maioria dos servidores possui conhecimento sobre seu orçamento e que a maioria aplica esse conhecimento. Porém os mesmos devem analisar com mais cuidado suas linhas de financiamentos escolhidas, uma vez que as mesmas podem causar transtornos e comprometer a tranquilidade financeira.

REFERÊNCIAS

- BACEN. **Cartilha Cartão de Crédito**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/cartilha.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- Banco Central do. **Remuneração dos Depósitos de Poupança**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>>. Acesso em: 04 nov. 2016.
- BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade Básica**. Curitiba: E-tec Brasil, 2011.
- Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais**. 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- Banco do Brasil. **Cartilha de Poupança**, 2015. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/CartilhaPoupanca.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- Banco Central do Brasil . **Taxas de juros de operações de crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/TXJUROS/>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- BORGES, Gabriela Mesquita. **Uma análise do conhecimento em finanças pessoais e a correlação da satisfação financeira com outros fatores**. 2011. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- BRASIL. Lei nº 8.177, de 01 de março de 1991. **Estabelece Regras Para A Desindexação da Economia e Dá Outras Providências**. Brasília, 01 mar. 1991. p. 1-9.
- BRASILPREV. **Cartilha Previdência Sem Mistério**. 2016. Disponível em: <https://www2.brasilprev.com.br/ht/previdenciasemmisterio/Documents/Brasilprev_Cartilha.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.
- Caixa Econômica Federal. **Cartilha do crédito imobiliário**. Disponível em <www.caixa.gov.br/downloads/habitacao-documentos-gerais/cartilha_credito_imobiliario>. Acesso em: 20 set. 2016.
- CAMARGO, Camila. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. Curitiba. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- CERBASI, Gustavo. **Casais Inteligentes Enriquecem Juntos: Finanças Para Casais**. 20. ed. São Paulo: Gente, 2004.
- CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira na prática**. São Paulo: Elsevier, 2009.
- CERBASI, Gustavo. **Investimentos Inteligentes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
- CERBASI, Gustavo. **ADEUS, APOSENTADORIA**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

EKER, T. Harv. **Os Segredos da Mente Milionária**: Aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre dinheiro e adotando hábitos das pessoas bem sucedidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 790 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

G1, Portal de Notícias. **Famílias consomem menos e endividamento cai, mostra CNC**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2016/07/familias-consoem-menos-e-endividamento-cai-mostra-cnc.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

G1, Portal de Notícias. **Mais de 40% dos inadimplentes sabem pouco sobre seu orçamento**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/11/mais-de-40-dos-inadimplentes-sabem-pouco-sobre-seu-orcamento.html>>. Acesso em: 05 abr. 2016

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. 120 p.

GIARETA, Marisa. **Planejamento Financeiro Pessoal**: Uma proposta de controle de fluxo de caixa para o orçamento pessoal. 2011. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Ufrs, Porto Alegre, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio *et al.* **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 345.p.

KAUARK, Fabiana da Silva; MALHÃES, Fernando Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa**: Um Guia Prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KRÜGER, Fernanda. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar**. 2014. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Contabilidade, Fattep, Concórdia, 2014.

KRUMMENAER, Lessana Daga. **Educação Financeira Para Adolescentes Do Ensino Médio Em Sapucaia Do Sul**. 2011. 154 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Unisinos, São Leopoldo, 2011.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: **Seminário em Administração**, 9, 2006, São Paulo.

LUCION, Carlos Eduardo Rosa. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO**. Santa Maria/RS: Revista Eletrônica de Contabilidade, 2015. Trimestral.

MACEDO JR, Jurandir Sell. **A ÁRVORE DE DINHEIRO**: Guia Para Cultivar A Sua Independência Financeira. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e Boas Práticas De Educação Financeira e consciência.** Recomendação do Conselho. Julho de 2005.

PENTEADO, João Paulo Tribst. **Gestão de Finanças Pessoais.** 2010. 98 f. Monografia - Curso de Administração, USP, Ribeirão Preto, 2010.

PEREIRA, Diovane José. **Finanças Pessoais: Estratégias de Investimentos.** 2010. 52 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Finanças, Ufrgs, Porto Alegre, 2010.

PEREIRA, Liandra; PEREIRA, Michele de Souza; TREML, Édina Elisangela Zellmer Fietz. **A Contabilidade como instrumento de controle das Finanças Pessoais.** In: ADM 2015 – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 12., 2015, Ponta Grossa. Anais. São Bento do Sul: Univille, 2015. p. 1 - 15.

PROCON. **Qual a definição para cartão de crédito?** 2016. Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/texto.asp?id=447>>. Acesso em: 29 set. 2016.

RODRIGUES, Eduardo A. S. *et al.* **Efeitos da consignação em folha nas taxas de empréstimos.pessoais.** 2006. Disponível:< <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps108.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2016.

Tesouro Nacional. **CONHEÇA O TESOURO DIRETO.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>>. Acesso em: 02 out. 2016.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS SERVIDORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN

Convido você servidor efetivo da Prefeitura Municipal de São Fernando-RN para participar de minha pesquisa cujo objetivo principal é analisar o seu conhecimento sobre finanças pessoais.

Agradeço pela colaboração. Não é Preciso Colocar o nome.

- | | |
|--|--|
| <p>01. Qual é o seu sexo?
 <input type="checkbox"/> Masculino
 <input type="checkbox"/> Feminino</p> <p>02. Qual a sua faixa etária?
 <input type="checkbox"/> Até 25 anos
 <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos
 <input type="checkbox"/> De 31 a 40 anos
 <input type="checkbox"/> De 41 a 50 anos
 <input type="checkbox"/> Mais de 50 anos</p> <p>03. Qual a sua escolaridade?
 <input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto
 <input type="checkbox"/> Fundamental Completo
 <input type="checkbox"/> Médio Incompleto
 <input type="checkbox"/> Médio Completo
 <input type="checkbox"/> Superior Incompleto
 <input type="checkbox"/> Superior Completo
 <input type="checkbox"/> Especialização</p> <p>04. Há quanto tempo você trabalha na Prefeitura Municipal de São Fernando?
 <input type="checkbox"/> Até 5 anos
 <input type="checkbox"/> De 6 a 10 anos
 <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos
 <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos
 <input type="checkbox"/> Mais de 20 anos</p> <p>05. Qual a sua remuneração?
 <input type="checkbox"/> Até R\$ 1.000,00
 <input type="checkbox"/> De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
 <input type="checkbox"/> De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
 <input type="checkbox"/> De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
 <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 4.001,00</p> <p>06. Você sabe o que é um orçamento pessoal?
 (Caso sua resposta seja "Não" vá para a questão 08)
 <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>07. Você elabora um orçamento pessoal prevendo o que será gasto no mês?
 <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>08. Você se planeja financeiramente?
 <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>09. Qual a porcentagem que suas dívidas (conta de água, luz, alimentação, telefone, internet etc.) consomem de sua renda ?
 <input type="checkbox"/> menos de 50%
 <input type="checkbox"/> entre 50 % e 80
 <input type="checkbox"/> mais de 80 %
 <input type="checkbox"/> mais do que eu ganho
 <input type="checkbox"/> não sei</p> <p>10. O que você faz com o que sobra de seu salário?
 <input type="checkbox"/> Gasta tudo
 <input type="checkbox"/> Guardo uma parte em casa
 <input type="checkbox"/> Deixo na conta corrente
 <input type="checkbox"/> Invisto na poupança
 <input type="checkbox"/> Invisto em outras aplicações</p> <p>11. Você considera sua vida financeira:
 <input type="checkbox"/> apertada <input type="checkbox"/> controlada
 <input type="checkbox"/> tranquila/folgada</p> <p>12. Dos investimentos abaixo assinale os que você possui:
 <input type="checkbox"/> Caderneta de Poupança
 <input type="checkbox"/> Imóveis
 <input type="checkbox"/> Títulos Públicos
 <input type="checkbox"/> Previdência Privada
 <input type="checkbox"/> Outros _____
 <input type="checkbox"/> Nenhum</p> <p>13. Das linhas de financiamento abaixo assinale os que você possui:
 <input type="checkbox"/> Crédito Imobiliário
 <input type="checkbox"/> Cartão de Crédito
 <input type="checkbox"/> Crédito Pessoa
 <input type="checkbox"/> Empréstimo Consignado
 <input type="checkbox"/> Empréstimo com agiotas
 <input type="checkbox"/> Outros _____
 <input type="checkbox"/> Nenhum</p> <p>14. Quanto a seu interesse por questões que envolvam dinheiro (finanças, orçamento pessoal, planejamento financeiro), você:
 <input type="checkbox"/> não tenho interesse
 <input type="checkbox"/> tenho interesse, mas não procuro me informar sobre o assunto.
 <input type="checkbox"/> tenho interesse e procuro me informar sobre o assunto</p> |
|--|--|

APÊNDICE B - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

FASE	JAN	FEV	MAR	ABR	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Escolha do tema	x	x									
Levantamento Bibliográfico	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Desenvolvimento do Projeto		x	x	x	x						
Entrega do Projeto					x						
Estruturação do Trabalho			x	x	x	x	x	x	x	x	
Coleta de Dados									x	x	
Análise do Material Coletado									x	x	
Finalização do Trabalho										x	
Revisão do Trabalho										x	
Entrega Final do Trabalho										x	